



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – PPGP
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

MARTA EMANUELLY ARAÚJO DIAS

**A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE NA CONSTRUÇÃO DA
SUSTENTABILIDADE EM COOPERATIVAS AGRÍCOLAS BRASILEIRAS: UMA
ANÁLISE PARA ALÉM DO *TRIPLE BOTTOM LINE***

TERESINA-PIAUÍ

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – PPGP
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

MARTA EMANUELLY ARAÚJO DIAS

**A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE NA CONSTRUÇÃO DA
SUSTENTABILIDADE EM COOPERATIVAS AGRÍCOLAS BRASILEIRAS: UMA
ANÁLISE PARA ALÉM DO *TRIPLE BOTTOM LINE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública – PPGP da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na área de Concentração Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional e linha de Pesquisa Organizações e Desenvolvimento Regional como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Picanço Dias

TERESINA-PIAUÍ

2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

D541i Dias, Marta Emanuely Araújo.
A influência da certificação fairtrade na construção da sustentabilidade em cooperativas agrícolas brasileiras : uma análise para além do *triple bottom line* / Marta Emanuely Araújo Dias. – 2025.
161 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública -PPGP, Teresina, 2025.
“Orientador: Prof. Dr. Gustavo Picanço Dias”

1. Desenvolvimento e economia da administração pública. 2. Cooperativas agrícolas - Brasil. 3. Mercados internacionais. I. Dias, Gustavo Picanço. II. Título.

CDD 354

MARTA EMANUELLY ARAÚJO DIAS

**A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO *FAIRTRADE* NA CONSTRUÇÃO DA
SUSTENTABILIDADE EM COOPERATIVAS AGRÍCOLAS BRASILEIRAS: UMA
ANÁLISE PARA ALÉM DO *TRIPLE BOTTOM LINE*.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento Regional.

Orientador(a): Prof. Dr. Gustavo Picanço Dias.

Aprovada em 8 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO PICANÇO DIAS**
Data: 11/08/2025 11:43:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gustavo Picanço Dias (UFPI)
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIA LORENNE SAMPAIO BARBOSA**
Data: 12/08/2025 17:05:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^a. Flávia Lorente Sampaio Barbosa (UFPI)
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO LUIZ EMERENCIANO VIANA**
Data: 12/08/2025 17:35:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando Luiz Emerenciano Viana (UNIFOR)
Examinador Externo à Instituição

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus e à Nossa Senhora que sempre intercederam por mim. São muitas as bênçãos recebidas, e esta conquista é sem dúvida uma delas. Agradeço à minha mãezinha, que sempre me apoiou incondicionalmente e nunca permitiu que eu desistisse dos meus sonhos. Sua presença foi essencial em toda a caminhada. Ao meu irmão, pelo apoio e pela amizade constante, minha gratidão.

À minha avó, minha guerreira, que desde cedo me ensinou o valor do estudo e da perseverança. Guardo com carinho nossas tardes de estudo e seus conselhos, que me acompanham até hoje. Esta conquista também é sua.

Ao meu amor e parceiro de vida, meu Tavinho. Em um momento em que eu mesma duvidava das minhas chances, foi você quem tomou a iniciativa de me inscrever no mestrado. Seu apoio constante, desde a época da graduação, me dá coragem para sonhar alto e confiança para seguir adiante. Ao meu filho Arthur, pelo amor e pela positividade que me alegraram nos momentos de cansaço. Filho, eu te amo, e obrigada por compreender e caminhar ao meu lado neste processo.

Ao meu orientador, Dr. Gustavo Picanço Dias, agradeço profundamente pela liberdade na orientação, por estar sempre disponível e pelas valiosas discussões que possibilitaram a construção desta dissertação. Obrigada por acolher e valorizar as minhas percepções e por ter a paciência de me ensinar. Levo comigo muito do seu conhecimento, da forma como me ajudou a enxergar a sustentabilidade sob novos prismas e da sua dedicação à pesquisa, que tanto me inspirou.

Aos entrevistados, que tão generosamente me acolheram e compartilharam seus dilemas e realidades, meu sincero agradecimento. Esta dissertação só foi possível graças à troca de experiências que vivenciei com vocês. Como alguém apaixonada por comércio exterior, ampliar a minha visão sobre o Fairtrade foi uma experiência enriquecedora.

Aos professores do PPGP, em especial aos docentes Adriana, Eulálio e Nelson Nery, agradeço pelo envio de materiais, pelas palavras de apoio e incentivo. À Adriana, da secretaria do PPGP, meu muito obrigada pela atenção e disponibilidade em auxiliar com os trâmites internos.

Aos colegas de turma do mestrado, aqui representados por Letícia, Fabiana e Adriana, agradeço pelas trocas de experiências ao longo desta jornada. Aos amigos Domingos e Virgínia,

meu agradecimento especial por me incluírem em suas orações, essa lembrança tem, para mim, um significado imenso.

Ao amigo Victor, que me apoiou com generosidade e me incentivou a escrever, minha sincera gratidão. Aprendi muito com você e estarei sempre na torcida para que você realize os seus sonhos.

À minha coordenadora na ApexBrasil e amiga, Rita, agradeço pelo interesse genuíno na pesquisa e pelo incentivo em transformar esse conhecimento em práticas e ações voltadas ao comércio exterior. Aos familiares e amigos que compreenderam minha ausência e torceram por mim, o meu carinho e agradecimento.

Por fim, à Débora Mariana, gestora de mercado, e ao coordenador Carlos Guilherme, da CLAC, agradeço pela disponibilidade em aceitarem prontamente o convite para conversarmos sobre o Comércio Justo, juntamente com meu orientador, sobre o Comércio Justo.

Encerro esta etapa com a convicção de que realizar uma dissertação de mestrado é um ato de fé, entrega e dedicação. Cada fase desse processo me desafiou e despertou o desejo de explorar com mais profundidade e de aprender. Descobri que uma ideia que nasce pequena pode se expandir ao escutar outras vozes, ao interpretar um dado que provoca, desafia e amplia perspectivas. É também um trabalho coletivo, construído com as pessoas que nos cercam, nos inspiram e nos apoiam. Para mim, foi uma verdadeira transformação de vida e sigo aprendendo.

RESUMO

Esta dissertação analisa como a certificação Fairtrade contribui para a construção da sustentabilidade em duas cooperativas agrícolas brasileiras: uma voltada ao processamento de castanha-de-caju (amêndoa) e outra dedicada à exportação de mel natural. Ao articular os temas Fairtrade, Sustentabilidade e Acesso aos Mercados Internacionais, com base na Teoria da RBV, no arcabouço das Capacidades Dinâmicas e no modelo TBL+, a pesquisa avança sobre a abordagem tradicional que trata a sustentabilidade de forma periférica, propondo um modelo teórico interdisciplinar e inovador. A metodologia adotada foi qualitativa, com estudo de caso múltiplo e triangulação de fontes (entrevistas, observação não participante e análise documental). A análise indutiva dos dados revelou que o processo de construção da sustentabilidade via Fairtrade envolve a interação entre barreiras (desafios), recursos (inputs), capacidades (mecanismos) e efeitos (outputs), resultando na adoção de práticas sustentáveis que geram vantagens competitivas. Os achados indicam que a certificação mobiliza simultaneamente recursos tangíveis financeiros (como o prêmio e o preço mínimo) e intangíveis (reputacionais e relacionais). Esses recursos exigem o desenvolvimento de capacidades dinâmicas, como o engajamento com redes de apoio, a aprendizagem coletiva, a reconfiguração de rotinas e a adoção de práticas sustentáveis, para que possam ser convertidos em vantagem competitiva. A pesquisa também identifica barreiras associadas à certificação, destacando a sua dualidade como instrumento de inclusão, mas também de exclusão de cooperativas menos estruturadas. A principal contribuição teórica consiste na proposição analítica de que a certificação Fairtrade atua como um recurso estratégico composto e, consequentemente, como fonte de vantagem competitiva sustentável, desde que a organização (i) desenvolva capacidades dinâmicas para integrar, construir e reconfigurar recursos e (ii) articule redes de cooperação que favoreçam a aprendizagem contínua, o enfrentamento de barreiras e a reconfiguração de rotinas voltadas à sustentabilidade. No plano gerencial, o estudo oferece subsídios para que gestores, certificadoras e formuladores de políticas públicas compreendam os recursos e capacidades que favorecem a manutenção da certificação e a inserção competitiva em mercados internacionais. No campo acadêmico, os resultados podem subsidiar a elaboração de casos de ensino. Destaca-se a relevância social da pesquisa ao dar visibilidade aos desafios e aprendizados vivenciados por cooperativas do semiárido nordestino.

Palavras-chave: Certificação Fairtrade. Sustentabilidade. Recursos e Capacidades. Vantagens Competitivas Sustentáveis. Mercados Internacionais.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how Fairtrade certification contributes to the construction of sustainability in two Brazilian agricultural cooperatives: one focused on cashew nut (kernel) processing and the other dedicated to exporting natural honey. By articulating the themes of Fairtrade, Sustainability, and International Market Access, based on the RBV, the Dynamic Capabilities, and the TBL+ model, the research advances beyond the traditional approach that treats sustainability peripherally, proposing an interdisciplinary and innovative theoretical model. This is a qualitative study, based on a multiple case study and empirical data triangulation (interviews, non-participant observation, and document analysis). The inductive analysis of the data revealed that the process of constructing sustainability through Fairtrade involves the interaction between barriers (challenges), resources (inputs), capabilities (mechanisms), and effects (outputs), resulting in the adoption of sustainable practices that generate competitive advantages. The findings indicate that certification simultaneously mobilizes tangible financial resources (such as the premium and the minimum price) and intangible ones (reputational and relational). These resources require the development of dynamic capabilities, such as engagement with support networks, collective learning, the reconfiguration of routines, and the adoption of sustainable practices, so that they can be converted into competitive advantage. The research also identifies barriers associated with certification, highlighting its dual role as an instrument of inclusion but also of exclusion for less structured cooperatives. The main theoretical contribution consists of the analytical proposition that certification functions as a composite strategic resource and, consequently, as a source of sustainable competitive advantage, provided that the organization (i) develops dynamic capabilities to integrate, build, and reconfigure resources and (ii) articulates cooperation networks that foster continuous learning, the overcoming of barriers, and the reconfiguration of routines oriented toward sustainability. The study offers input for managers, certifiers, and policymakers to understand the resources and capabilities that support certification maintenance and competitive insertion in international markets. In the academic field, the results may support the development of teaching cases. The social relevance of the research stands out by giving visibility to the challenges and learnings experienced by cooperatives in the semi-arid region of Northeastern Brazil.

Keywords: Fairtrade Certification. Sustainability. Resources and Capabilities. Sustainable Competitive Advantages. International markets.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E REDUÇÕES

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CLAC	Coordenadoria Latino-Americana e Caribe de Pequenos Produtores de Comércio Justo
CMAD	Comissão mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nation</i>
FLO	<i>Fairtrade Labeling Organizations International</i>
FLOCERT	<i>Fairtrade International Certification</i>
FT	<i>Fairtrade Certification</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAT	<i>International Federation of Alternative Trade</i>
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDIC	Ministério da Economia, Indústria e Comércio Exterior
MSIs	Iniciativas Sustentáveis <i>Multi-stakeholders</i>
OCB	Organização de Cooperativas do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização-Não-Governamental
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
TBL+	<i>Triple Bottom Line +</i>
UFPI	Universidade Federal do Piauí
WFTO	World Fair Trade Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivos.....	14
1.1.1 Objetivo geral:	14
1.1.2 Objetivos específicos:	14
1.2 Justificativa	15
2 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SUL GLOBAL: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A HIERARQUIA INTERNACIONAL E SUAS RELAÇÕES DESIGUAIS.....	17
2.1. O Desenvolvimento Sustentável	20
2.2 A sustentabilidade como motor de mudanças.....	21
3 A CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE E A SUSTENTABILIDADE.....	24
3.1 O Comércio Justo desenvolvido pelo Sistema Fairtrade	24
3.2 O Sistema e a Certificação Fairtrade	25
3.3 A certificação Fairtrade e o acesso aos mercados internacionais	29
3.4 Novos paradigmas e barreiras do comércio internacional	31
4 A TEORIA DA VISÃO BASEADA EM RECURSOS (RBV): FUNDAMENTOS, EVOLUÇÃO E APLICAÇÕES NA SUSTENTABILIDADE E NO ACESSO AOS MERCADOS INTERNACIONAIS.....	35
4.1 Inter-relação entre sustentabilidade corporativa, vantagem competitiva e capacidades dinâmicas	41
4.2 Recursos intangíveis, sustentabilidade e o acesso aos mercados internacionais.....	46
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
5.1 Método e estratégia da pesquisa.....	49
5.2 Triangulação dos dados e critérios de confiabilidade	50
5.3 Seleção dos casos.....	52
5.3.1 Caso A – Cooperativa de cajucultores	52
5.3.2 Caso B – Cooperativa de mel	54
5.4 Coleta de dados	55
5.4.1 Entrevistas semiestruturadas	56
5.4.2 Observação não-participante	57
5.4.3 Documentos.....	59
5.5 Procedimentos de análise dos dados	60

5.6 Critérios de confiabilidade.....	67
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	68
6.1 Os mecanismos de sustentabilidade FT: uma visão a partir do seu arcabouço	
normativo.....	68
6.1.2 Padrões de sustentabilidade econômica Fairtrade	70
6.1.3 Padrões de sustentabilidade social Fairtrade	74
6.1.4 Padrões de sustentabilidade ambiental Fairtrade.....	76
6.1.5 Os padrões Fairtrade para o mel e para a castanha-de-caju.....	77
6.2 Barreiras associadas à certificação Fairtrade.....	78
6.2.1 Barreiras econômicas	78
6.2.2 Barreiras burocráticas.....	81
6.2.3 Barreiras socioculturais e cognitivas.....	85
6.2.4 Considerações sobre as barreiras FT	87
6.3 Recursos e capacidades mobilizados na certificação Fairtrade: uma perspectiva	
baseada na RBV, capacidades dinâmicas e no modelo TBL+	88
6.3.1 Recursos tangíveis mobilizados	88
6.3.1.1 Recursos físicos e tecnológicos.....	89
6.3.1.2 Preço mínimo Fairtrade como um recurso VRIO	90
6.3.1.3 Prêmio Fairtrade	94
6.3.1.4 Considerações dos recursos tangíveis mobilizados.....	97
6.3.2 Recursos intangíveis.....	97
6.3.2.1 Cultura cooperativista como facilitador interno.....	98
6.3.2.2 A certificação Fairtrade como recurso reputacional mobilizado.....	99
6.3.2.3 Recursos relacionais como facilitadores externos.....	101
6.3.2.4 Considerações do FT como um recurso composto.....	104
6.4 Capacidades dinâmicas	105
6.5 Acesso aos mercados internacionais	109
6.5.1 Evidências do Caso A	110
6.5.2 Barreiras comerciais da cajucultura	113
6.5.3 O papel da certificação Fairtrade na criação de vantagens competitivas sustentáveis para o Caso A.....	114
6.5.4 Evidências do Caso B	116
6.5.5 O papel da certificação Fairtrade na criação de vantagens competitivas sustentáveis para o Caso B	118
6.6 Vantagens TBL+ associadas à certificação Fairtrade.....	124
6.7 A construção da sustentabilidade pelo Fairtrade	127

7 CONCLUSÃO.....	128
REFERÊNCIAS	132

1 INTRODUÇÃO

O cenário global contemporâneo é marcado por crises socioambientais, institucionais e políticas que colocam em risco a integridade da biosfera e o bem-estar humano a longo prazo (World Social Report, 2020; Rockstrom *et al.*, 2023). Apesar de examinarem a sustentabilidade em diferentes contextos, alguns estudos convergem ao reconhecer que o seu alcance exige a articulação entre melhorias nos padrões de vida (prosperidade), distribuição igualitária dos recursos (igualdade) e conservação ambiental (Elkington, 2018; Sachs, 2015; Wu *et al.*, 2024). No comércio internacional, esse cenário tem fomentado novas formas de organização das cadeias globais de valor, entre as quais se destacam as certificações de Iniciativas Sustentáveis *Multi-stakeholders* (MSIs), como a certificação Fairtrade (FT), que buscam promover práticas comerciais mais justas e sustentáveis (Basso *et al.*, 2021; Fairtrade, 2024).

O Fairtrade defende melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os produtores marginalizados, especialmente do Sul Global, por meio de três instrumentos centrais: o preço mínimo garantido na venda dos produtos certificados, o prêmio Fairtrade (valor extra pago pelos compradores FT) e a gestão democrática das organizações certificadas (Basso *et al.*, 2021; Loconto *et al.*, 2021). Uma extensa literatura investiga o Fairtrade, principalmente pelo seu reconhecimento como uma das certificações (MSIs) mais robustas e bem estabelecidas no mercado (Auld *et al.*, 2015; Raynolds, 2022). Alguns estudos empíricos analisaram as suas implicações para pequenos produtores camponeses (Bacon, 2005; Renard, 2005; Renard; Loconto, 2013), enquanto outros examinaram o contexto específico das cooperativas, como Sellare *et al.* (2017), que investigaram os benefícios da certificação para as cooperativas de Cacau da Costa do Marfim ; Cezar e Rosa (2022) que buscaram compreender como os mecanismos da certificação FT influenciam no arranjo organizacional das cooperativas enquanto organizações híbridas e Bezerra e Gomes (2022), que analisaram a adequação das cooperativas de caju piauienses aos princípios do Comércio Justo.

Ainda que esses estudos contribuam para a compreensão do Fairtrade em diferentes contextos, autores como Raynolds (2022) e Bartley (2021) argumentam que ainda predomina uma retórica global voltada à valorização dos aspectos positivos da certificação, sem o devido aprofundamento nas realidades locais e dos desafios que envolvem a manutenção da certificação Fairtrade, como a exclusão dos pequenos produtores. Já para Bakker *et al.* (2019), embora a literatura sobre iniciativas MSIs tenha crescido nos últimos anos, ainda se faz necessário discutir as implicações dos resultados das pesquisas empíricas para a teoria, bem como investigar as motivações das organizações ao buscarem as certificações MSIs.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou investigar de que maneira a certificação Fairtrade influencia a construção de sustentabilidade de duas cooperativas agrícolas brasileiras certificadas. O Caso A refere-se a uma central de cooperativas voltada ao processamento e comercialização de castanha-de-caju, situada na cidade de Picos, enquanto o Caso B corresponde a uma cooperativa de produtores de mel localizada no município de Simpício Mendes, que exportam o mel natural. Ambas estão localizadas no estado do Piauí, no semiárido nordestino.

Utilizando a Teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV) (Barney, 1991; Grant, 1991; Barney; Hesterly, 2015) e Capacidades Dinâmicas (Teece *et al.*, 1997; Teece; 2007), esta pesquisa examinou como os recursos internos, as capacidades organizacionais e o acesso aos mercados internacionais se relacionam com a construção da sustentabilidade nas cooperativas certificadas analisadas. Com esse propósito, a pesquisa se orientou pelas seguintes perguntas: (1) Quais são as principais barreiras enfrentadas pelas cooperativas na adoção e manutenção da certificação Fairtrade? (2) Quais recursos e capacidades são mobilizados pelas cooperativas certificadas Fairtrade? (3) Como o *Fairtrade* influencia o acesso das cooperativas aos mercados internacionais? (4) Quais vantagens econômicas, sociais e ambientais são percebidas pelas cooperativas certificadas?

No campo teórico, ao responder a esses questionamentos, esta pesquisa buscou também contribuir para o campo da RBV. Embora amplamente utilizada para analisar como as organizações constroem vantagens competitivas (Barney, 1991; Grant, 1991; Teece *et al.*, 1997; Bezerra *et al.*, 2019; Buzzao; Rizzi, 2020), alguns estudos apontam que apesar dos seus avanços, desde os seus estudos seminais até a sua articulação com as capacidades dinâmicas, ainda persiste uma lacuna relacionada ao conhecimento limitado sobre como recursos e capacidades dinâmicas podem favorecer iniciativas orientadas à sustentabilidade e gerar vantagens competitivas sustentáveis (Pereira; Bamel, 2021; Ferreira; Ferreira, 2025; Lichtenthaler, 2022).

Reforça-se, assim, a importância de se investigar como os recursos e capacidades organizacionais podem ser mobilizados não apenas para fins econômicos, mas também para alcançar objetivos sociais e ambientais. Nesse sentido, esta pesquisa buscou preencher essas lacunas e apresentou um modelo analítico integrando a RBV (Barney, 1991; Grant, 1991), Capacidades Dinâmicas (Teece *et al.*, 1997) e o modelo *Triple Bottom Line* ampliado (TBL+) compreendendo para além do Tripé, as dimensões institucionais e culturais da sustentabilidade (Fritz; Silva, 2018).

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e foi conduzido um estudo de caso múltiplo (Yin, 2018). Para complementar a investigação exploratória, adotou-se um processo indutivo para a análise dos dados, conforme proposto por Gioia *et al.* (2013) que permitiu capturar como a certificação FT é experienciada pelos entrevistados.

Esta dissertação está organizada em sete seções. A Seção 1 apresenta a Introdução, incluindo os objetivos geral e específicos da pesquisa e a justificativa. As Seções 2, 3 e 4 contemplam o referencial teórico, que aborda os temas relacionados à compreensão do Fairtrade, da sustentabilidade e da RBV. A Seção 5 descreve os procedimentos metodológicos, evidenciando o método e a estratégia de pesquisa, a caracterização e seleção dos casos, os processos de coleta e análise dos dados, bem como os critérios de confiabilidade. A Seção 6 apresenta a análise e discussão dos resultados. Por fim, a Seção 7 traz as considerações finais do estudo.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como a certificação Fairtrade contribui para a construção da sustentabilidade em cooperativas agrícolas brasileiras, a partir da Teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV).

1.1.2 Objetivos específicos

Investigar as principais barreiras associadas à certificação Fairtrade na construção da sustentabilidade;

- Analisar os recursos e capacidades mobilizados pelas cooperativas na obtenção e manutenção da certificação Fairtrade;
- Analisar como a certificação Fairtrade influencia o acesso das cooperativas aos mercados internacionais;
- Examinar as vantagens econômicas, sociais e ambientais associadas à certificação Fairtrade para as cooperativas estudadas.

1.2 Justificativa

O estudo realizado por meio desta dissertação permite avanços em três áreas do conhecimento: teórica, gerencial e social. No campo teórico, esta pesquisa propõe a articulação entre a Teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV) (Barney, 1991; Grant, 1991; Barney; Hesterly, 2015), o arcabouço das Capacidades Dinâmicas (Teece *et al.*, 1997, 2007) e o modelo que propõe uma compreensão ampliada da sustentabilidade, contemplando as dimensões econômica, social, cultural, institucional e ambiental (TBL+), conforme proposto por Fritz e Silva (2018).

Considerando as lacunas apresentadas na Introdução, a integração teórica proposta nesta dissertação permite ampliar as formas de análise sobre como a certificação Fairtrade influencia a construção da sustentabilidade e de que maneira ela pode contribuir, ou não, para a geração de vantagens competitivas sustentáveis. Essa abordagem se diferencia das perspectivas tradicionais que valorizam a dimensão econômica e que podem não considerar as particularidades dos contextos organizacionais caracterizados por condições de vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso das cooperativas agrícolas brasileiras certificadas pelo FT analisadas.

A RBV permite identificar os recursos internos que podem promover o desempenho organizacional, desde que sejam valiosos, raros, inimitáveis e organizados (VRIO) (Barney; Hesterly, 2015). No entanto, para que esses recursos gerem vantagens em ambientes dinâmicos e regulados, como o comércio internacional, é necessário que sejam continuamente mobilizados e adaptados. Por isso, o modelo analítico proposto incorpora o arcabouço das Capacidades Dinâmicas (Teece *et al.*, 1997; 2007), que compreende a habilidade organizacional de perceber oportunidades (*sensing*), mobilizar recursos (*seizing*) e transformar e reconfigurar esses recursos (*transforming*) diante de exigências institucionais (critérios do FT) e mudanças no ambiente externo. O terceiro eixo dessa articulação diz respeito à sustentabilidade corporativa, aqui compreendida pela ótica do modelo TBL+ (Fritz; Silva, 2018), que amplia o tripé tradicional da sustentabilidade (Elkington, 1997).

Ademais, segundo dados da FLOCERT, certificadora global do Fairtrade responsável pelo desenvolvimento dos critérios de auditoria, o Brasil possui atualmente 50 organizações de produtores certificadas, das quais apenas duas atuam com a produção de mel e duas com a castanha-de-caju (Flocert, 2024). Esses números podem evidenciar a incipiência da cultura Fairtrade no país e reforçam a relevância de se discutir e investigar os desafios relacionados à obtenção e manutenção dessa certificação, como proposto nesta dissertação.

No campo gerencial, os achados desta pesquisa podem fornecer subsídios para que os gestores de cooperativas formulem estratégias voltadas à obtenção e manutenção da certificação, bem como o acesso aos mercados internacionais que demandam por produtos com qualidade e valorizam certificações socioambientais. Os resultados também podem oferecer elementos para que organizações de apoio, instituições certificadoras e gestores públicos, elaborem políticas e iniciativas voltadas à capacitação, ações de suporte técnico e elaboração de planejamento estratégico que contribuam para o fortalecimento da promoção da Cultura do Comércio Justo.

Por fim, a relevância social desta pesquisa reside em dar visibilidade aos desafios enfrentados pelos Casos A e B, ao investigar como essas organizações lidam com as exigências da certificação Fairtrade e quais recursos e capacidades são mobilizados nesse processo. Ao relatar essas experiências, o estudo pode contribuir para a disseminação do conhecimento sobre as potencialidades e limitações do Fairtrade na promoção da sustentabilidade, podendo alcançar não apenas outras cooperativas, mas também demais atores envolvidos na consolidação de mercados mais inclusivos e sustentáveis.

2 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SUL GLOBAL: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A HIERARQUIA INTERNACIONAL E SUAS RELAÇÕES DESIGUAIS

A globalização é considerada em termos gerais como um fenômeno multifacetado, sendo a responsável pela integração das economias nacionais em uma aldeia global, pela liberalização econômica e promotora da desregulamentação dos mercados (Barrientos, 2000). A globalização que data desde a época do Império Romano (Millanovic, 1999), é uma força poderosa inacabada e que trouxe implicações para o desenvolvimento dos países ao longo da história.

Considerando o contexto da globalização, algumas teorias contemplaram as discussões sobre o desenvolvimento, precedendo os conceitos contemporâneos sobre o desenvolvimento sustentável (DS), como as Teorias da Modernização e da Dependência (Mensah, 2019; Kvangraven, 2023). Compreender os conceitos históricos relacionados ao DS, ainda que pouco explorado na literatura (Weber, 2020), contribui para a discussão dos novos desafios (produção e consumo sustentáveis) que se apresentam no contexto global, especialmente em relação as particularidades dos países subdesenvolvidos e seus acessos aos mercados internacionais.

A teoria da Dependência que teve seu apogeu nos anos de 1950 e 1960 (Kvangraven, 2023) procura explicar a causa do subdesenvolvimento como consequência da exploração ocidental, refletindo a perspectiva do Sul Global. De acordo com Santos (1970, p.231): “a dependência é uma situação em que a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão do outro”, ou seja, é um conceito que reflete a perspectiva de trocas desiguais seja em relação a acumulação de capital, relações sociais e divisão de trabalho, entre outros fatores, que historicamente condicionaram as relações entre centro e periferia.

Ressalta-se que não existe uma teoria unificada da Dependência, uma vez que existem diferentes interpretações sobre a natureza da dependência (Madriaga; Palestini, 2021; Stallings, 2020; Kvangraven, 2023). Nessa lógica, a pesquisa da dependência contempla estudos de caso empíricos e comparativos, pois considera as relações estruturais e como elas evoluem ao longo do tempo, em termos globais e dinâmicos, como a questão que envolve as relações entre Norte e Sul Global (Valenzuela, 1978; Cardoso; Falletto, 1979; Petras, 1981; Kvangraven, 2023).

Por sua vez, a Teoria da Modernização tem como base o discurso do iluminismo e manifesta a perspectiva Ocidental (industrialização e acumulação) (Shewadeg, 2021), como um protótipo de um modelo de desenvolvimento a ser seguido, pelos países do Sul. A Modernização é conceitualizada como um processo que promove a mudança social e contempla

a transição da civilização “tradicional” para a civilização “moderna” em uma perspectiva de hierarquia internacional (Lerner, 1958; Huntington, 1968), ou seja, de “economias primitivas de subsistência” para economias industrializadas de tecnologias intensivas (Tipps, 1973; Shewadeg, 2021). A Teoria da Modernização explica ainda, que as razões do subdesenvolvimento decorrem de fatores internos presentes nos países e no apego a crenças e valores limitantes (Margavio, 1989). Assim, esta teoria traz um pensamento eurocêntrico, porque considera que a civilização ocidental, com seu progresso e racionalidade, é o modelo ideal de desenvolvimento.

A Teoria da Dependência rejeita o posicionamento da Teoria da Modernização, e considera que foi o sistema capitalista global, que motivou as tribulações das economias do Sul, permitindo a modernização dos países desenvolvidos às custas dos países subdesenvolvidos (Mensah; Casadevall, 2019). A ajuda estrangeira e a dependência da tecnologia importada do Norte, para o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, é uma engrenagem do próprio capitalismo para esta teoria, uma vez que o Ocidente domina a Economia Internacional e impõe o subdesenvolvimento às sociedades tradicionais desde a época do colonialismo (Valenzuela, 1978; Shewadeg, 2021).

Ressalta-se ainda, que apesar das críticas à Teoria da Dependência em relação a sua relevância, ela tem sido utilizada nas últimas décadas para a compreensão das desigualdades do desenvolvimento e das dependências presentes no cenário global atual (Kvangraven, 2023). Esta teoria tem sido utilizada para analisar a presença das cadeias globais de valor que se desenvolveram e disseminaram as suas atividades manufatureiras para a América Latina (Madriaga; Palestini 2021; Kvangraven, 2023). Assim, para a Teoria da Dependência não são os fatores culturais ou psicológicos, que explicam o “atraso” das sociedades ditas tradicionais pelo julgo da Teoria da Modernização, mas as condições históricas de exploração do capitalismo.

Na América Latina, foi desenvolvida a Teoria da Dependência Estruturalista, que aponta o imperialismo como o culpado pelo desenvolvimento desigual global (Raúl Prebisch, 1950; Celso Furtado, 1956; Anibal Pinto, 1969; Kvangraven, 2023). Essa Teoria enfoca ainda, as estruturas de produção e consumo e caracteriza as restrições internas e externas enfrentadas pelos países subdesenvolvidos. Nessa lógica, uma dessas restrições são as trocas não favoráveis no comércio internacional (Raúl Prebisch; 1950), principalmente em relação aos preços dos produtos e *commodities* exportadas pelos países subdesenvolvidos.

É importante destacar que o debate sobre os termos de troca e demais restrições ao acesso aos mercados internacionais enfrentados pelos países do Sul Global, é apontado pela

Teoria da Dependência, mas tais dilemas ainda não estão resolvidos. No contexto da sustentabilidade, surgem as certificações sustentáveis, como o Fairtrade, que se propõe a promover um acesso sustentável aos mercados, se opondo a este modelo convencional (Jaffee; Kloppenburg; Monroy, 2004; Raynolds, 2014; Raynolds; Ispen, 2023; Fairtrade, 2024), que historicamente é definido pela Teoria da Dependência, como excludente e desigual.

Outro importante aspecto desta teoria, refere-se à colonização cultural que molda o consumo, na perspectiva estruturalista, das elites e classes média alta dos países em desenvolvimento, que “imitam” os padrões de consumo e preferem os bens consumidos pelos países do Norte (civilização moderna) (Juan Corradi, 1971; Furtado, 1973; Kvangraven, 2023). Esta colonização cultural, é uma afronta ao consumo ético e altruísta que ressalta a importância de valorizar e apoiar as iniciativas locais e sustentáveis, conforme proposta do ODS 12 da Agenda 2030 para o alcance do DS (ONU, 2015).

No tocante ao Comércio Internacional, a literatura reconhece que a globalização impactou o desenvolvimento desse setor, intensificando não apenas as relações econômicas, mas também as sociais e culturais entre os países (Duthie *et al.*, 2021). Em termos gerais, a globalização (no discurso econômico) se manifesta através do Comércio Internacional envolvendo as atividades de exportação e importação e promove a internacionalização das economias: cooperação internacional, universalidade, uniformidade e normatização das operações (Gorynia, 2019).

Nessa ótica, é importante ressaltar que a compreensão da globalização é dialética (Legarde, 2017; Wheeler, 2001), pois traz oportunidades e ameaças que envolvem diferentes agentes econômicos (governo, organizações, consumidores). Para Bhagwati (2004), um efeito global positivo decorrente da globalização não pode ser generalizado para todas as realidades, pois pode impactar de forma diferente os agentes. Stiglitz (2002) defende a propagação de forma justa e igualitária dos efeitos positivos da globalização, como a abertura de mercados e a eliminação das barreiras de entrada, principalmente para os países em desenvolvimento, já que a globalização favoreceu ao longo dos anos os países industrializados que exportam produtos de valor agregado e competitivo, conforme apontado pela Teoria da Dependência.

Ainda para Stiglitz (2002), um dos grandes desafios é alterar a atitude e mentalidade dos agentes econômicos, em prol por exemplo, de um comércio justo e sustentável. É nessa perspectiva de mudança de atitude a partir das reflexões das Teorias da Modernização e da Dependência, que se faz importante as discussões do DS e da sustentabilidade no Comércio Internacional, em que se observa o surgimento das certificações sustentáveis *MSIs*, como a certificação FT que busca promover o bem-estar e o empoderamento de agricultores e

trabalhadores do Sul Global com acesso justo aos mercados, considerando o contexto atual de mudanças climáticas e degradação ambiental.

2.1. O Desenvolvimento Sustentável

Foi na Comissão *Brundtland* (*Our Common Future*, WCED 1987), que o desenvolvimento sustentável foi discutido no contexto das preocupações com as questões ambientais e limites da capacidade de suporte do planeta. Por conseguinte, considera-se que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas” (CMMAD, 1991, p. 9). Compreende-se que este conceito equilibra a satisfação das necessidades atuais da sociedade, com a preservação dos recursos naturais, para o alcance de um futuro sustentável para a humanidade.

Para Sachs (2002), foi a Conferência de Estocolmo (1972), que colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional. O autor relata que na reunião em Founex travou-se um grande embate entre duas posições extremas: os partidários do crescimento a qualquer custo e os defensores do zero crescimento. Ambas as alternativas foram descartadas, surgindo a Declaração de Cocoyoc (1974) que defendeu o desenvolvimento endógeno, autossuficiente e orientado para as necessidades, ao invés de direcionado para o mercado, em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais.

Assim, segundo Sachs, o ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, harmoniza os objetivos sociais, ambientais e econômico e propõe uma “economia de permanência” buscando satisfazer as genuínas necessidades humanas, conservar a biodiversidade e assegurar a perenidade dos recursos (Sachs, 2002). Para ele, o desenvolvimento sustentável tem um duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras, sendo um processo histórico e universal sobre os direitos humanos, individuais e coletivos, nas oito dimensões desagregadas da sustentabilidade.

Após a Conferência das Nações Unidas que ocorreu em 1992, na cidade do Rio de Janeiro (Rio 92), este conceito do DS (*Our Common Future*, 1987) foi amplamente disseminado a nível global (Sachs, 2002; ONU 1992). Nessa perspectiva de propagação de uma cultura voltada para o alcance do DS, a Agenda 2030 propôs os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), no qual tem-se o ODS 12, visando o alcance de padrões de consumo e produção sustentáveis (ONU, 2015).

2.2 A Sustentabilidade como motor de mudanças

No século XX as questões referentes a sustentabilidade eram percebidas como locais, sem impactar os demais países, reversíveis e diretas (Gonzalez *et al.*, 2024). Esta percepção limitada em relação a sustentabilidade decorreu da ênfase que ainda hoje é dada a dimensão econômica (Elkington, 2018), sem considerar os fatores diversos e não lineares, como as dimensões culturais, institucionais e o esgotamento dos recursos naturais, entre outros. Todavia, a literatura recente reconhece que na era do Antropoceno (Smith; Desha, 2010) a sustentabilidade não pode ser compreendida de forma monodisciplinar ou fragmentada, mas sim interconectada com diferentes atores e contextos sociais (Dias *et al.*, 2023; Gonzalez *et al.*, 2024). Com isso, a sustentabilidade passa a ser também um conceito global.

A partir da década de 1980, ocorreu a globalização comercial propiciada por alguns fatores, como a utilização dos containers no transporte marítimo, desenvolvimento dos sistemas de importação e a liberalização dos acessos aos mercados internacionais (Baumann, 1996; Fleury, 2020). O desenvolvimento do Comércio Internacional impulsionou as trocas comerciais entre os países e o consumo passa a ser global, assim como também redefiniu as cadeias globais de valor que integra a produção de insumos, produto final e outras atividades como a comercialização, conectando empresas e consumidores (Gereffi; Fernandez-Stark, 2016) em termos transnacionais.

Neste cenário, a sustentabilidade passa a ser questionada pelos países nas principais agendas internacionais, bem como a necessidade de se desenvolver um Comércio Internacional sustentável, justo e equitativo. A sustentabilidade passa a ser o motor de mudanças que traz implicações aos complexos sistemas nos quais a sociedade está inserida, sem causas e consequências solitárias (Mathias *et al.*, 2020; Holling; Berks, 1998), visto que a globalização é irreversível. O seu alcance se torna urgente em decorrência das mudanças climáticas e do iminente colapso dos sistemas naturais que colocam em risco a biosfera.

Uma das definições mais difundidas da sustentabilidade envolve a compreensão do *Triple Bottom Line* (TBL), que a considera como o “princípio de assegurar que nossas ações hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as gerações futuras” (Elkington, 2012, p. 20). Contudo, para Sachs (2002) em sua obra “Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável”, a sustentabilidade compreende oito dimensões para além das dimensões do TBL, sendo necessárias para o alcance de um desenvolvimento endógeno:

- a) **Dimensão Social:** Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição; renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- b) **Cultural:** Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
- c) **Ecológica:** Preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
- d) **Ambiental:** Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- e) **Territorial:** Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
- f) **Econômico:** Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
- g) **Política (nacional):** Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.
- h) **Política (internacional):** Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de ecodesenvolvimento, baseado no princípio da igualdade; controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica etc.

Sachs (2002) considera que essas oito dimensões se inter-relacionam e não podem ser compreendidas de forma isolada, propondo com isso, uma visão holística da sustentabilidade. Essa compreensão proposta por Sachs (2002) é importante para a construção de uma cultura voltada para a sustentabilidade, pois não apenas os produtores, mas também os consumidores, são agentes importantes neste processo, ao se posicionarem e adotarem um consumo ético e altruísta alinhado com a sustentabilidade.

Apesar do TBL ter se configurado como “um elemento poderoso no código genético da sustentabilidade” (Elkington, 2018, p.3), os autores Fritz e Silva, (2018) e Dias *et al.* (2024), corroborando com Sachs (2002), também reconhecem em seus estudos, as limitações da compreensão da sustentabilidade baseada apenas no tradicional Tripé da Sustentabilidade nas suas dimensões econômica, social e ambiental. Para Fritz e Silva (2018), as dimensões culturais e institucionais ao serem incorporadas aos pilares do TBL, formam o TBL+, e com isso, amplia a compreensão em relação as práticas da sustentabilidade na cadeia de suprimentos, especialmente em economias emergentes, como a América Latina. Essas duas dimensões são importantes pois consideram que a diversidade local, o capital social gerado e até mesmo a corrupção dos sistemas nos quais as empresas estão inseridas, impactam e modelam a compreensão da sustentabilidade.

Em resumo, os atuais desafios que se apresentam para a humanidade como as mudanças climáticas, perda da biodiversidade e o crescimento populacional, o alcance da sustentabilidade deve ser questionado para além de uma divisão Norte-Sul. As externalidades negativas decorrentes de uma sociedade consumista impactam os países, sejam em menor ou maior escala (Barrientos, 2020). Mesmo o Norte Global com 55i vantagens competitivas históricas, de acordo com a Teoria da Dependência, sozinho não tem como promover a sustentabilidade, ou detém o poder de não sofrer as consequências de uma pandemia de COVID-19. Com isso, o Norte também se torna dependente do Sul e é com essa compreensão que o paradigma da sustentabilidade passa a ser global.

3 A CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE E A SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade pode ser promovida pelas empresas através de práticas e processos que integram o TBL+ (Fritz; Silva, 2018; Dias *et al.*, 2024), incluindo a adoção de certificações sustentáveis. Considerando a importância das certificações de Iniciativas Sustentáveis *Multistakeholders (MSIs)* no cenário atual e o alcance dos objetivos desta pesquisa, este capítulo apresenta a certificação Fairtrade. A seção inicia caracterizando o Movimento de Comércio Justo que influenciou os princípios dessa certificação, finalizando com a definição e discussão da certificação FT e a sua relação com o acesso aos mercados internacionais.

3.1 O Comércio Justo desenvolvido pelo Sistema Fairtrade

O Movimento do Comércio Justo (Fair Trade) surgiu como uma resposta às desigualdades do sistema econômico convencional, propondo um modelo de comércio mais ético, solidário e sustentável (Cezar; Rosa, 2022). Suas origens remontam ao período pós-Segunda Guerra Mundial, quando organizações começaram a estruturar cadeias alternativas de comercialização, com o intuito de promover condições mais justas para os produtores marginalizados, especialmente os do Sul Global (Lagente, 2005; Bakunti; Bouroullec, 2013).

De acordo com a cronologia apresentada pela WFTO (2024), em 1964 foi estabelecida a primeira empresa de Comércio Justo, uma iniciativa da Oxfam UK, no Reino Unido, que comercializava produtos feitos por refugiados chineses. A Oxfam representava um grupo de organizações não governamentais independentes voltadas ao combate das injustiças globais e da pobreza.

Nas décadas de 1970 e 1980, o movimento se consolidou em conferências internacionais que culminaram na criação de redes e instituições voltadas à promoção do Comércio Justo. Uma dessas instituições foi a *International Fair Trade Association* (IFAT), fundada em 1989, posteriormente renomeada como *World Fair Trade Organization* (WFTO). Atualmente, a WFTO representa uma rede global composta por pequenas e médias empresas (PMEs), cooperativas e organizações sociais comprometidas com os princípios do Comércio Justo. A organização defende que o sistema econômico dominante é insustentável para o planeta e para as pessoas, e por isso busca mobilizar políticas públicas internacionais, com foco no fortalecimento das PMEs (WFTO, 2025).

O avanço do Movimento do Comércio Justo desencadeou a propagação de certificações e selos voltados à rastreabilidade e à transparência das práticas comerciais. O início dessa

trajetória de certificações baseadas nos princípios de Comércio Justo, remonta ao final dos anos 1980, com a iniciativa Max Havelaar na Europa, considerada a primeira marca de café de comércio justo do mundo (Flocert, 2025). Em consequência, multiplicaram-se as iniciativas nacionais para a certificação e rotulagem dos produtos de acordo com os princípios do Comércio Justo em diversos países (WFTO, 2025). Foi nesse contexto, que foi fundada em 1997, a *Fairtrade International* (conhecida também como “*Fairtrade Labelling Organizations International*” ou FLO), com o objetivo de unir as organizações ligadas ao Comércio Justo e organizar as regras de certificação (Cezar; Rosa, 2022).

Com o crescimento da iniciativa, a Fairtrade International optou por separar institucionalmente a sua função normativa da atividade de auditoria e verificação. Com isso, em 2003, foi instituída a FLOCERT como uma subsidiária da FLO responsável por realizar inspeções independentes em produtores e comerciantes em todo o mundo, para verificar se cumprem os Critérios de Comércio Justo Fairtrade, sendo a única certificadora do Sistema Fairtrade.

3.2 O Sistema e a Certificação Fairtrade

Nesse sentido, o Sistema Fairtrade passou a ser compreendido como um sistema de governança e certificação. Enquanto sistema de governança, é operacionalizado pela FLO, que estabelece as normas que serão auditadas e promove fóruns de diálogo e aprendizagem coletiva entre os atores envolvidos (Cezar; Rosa, 2022). Já enquanto sistema de certificação, é executado pela FLOCERT, com base em critérios auditados periodicamente, que abrangem as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade (Fairtrade, 2025; FLOCERT, 2025). Como destacam Raynolds (2017) e Pereira e Cezar, (2023), esse sistema busca não apenas melhorar a remuneração dos pequenos produtores, mas também valorizar as suas práticas locais, suas culturas e sua capacidade de organização coletiva.

Em resumo, o Sistema de Certificação Fairtrade é composto por quatro grupos (FLO, 2024): (1) as redes regionais de produtores e trabalhadores que se encontram na África e no Oriente Médio, Ásia e Pacífico e América Latina e Caribe; (2) as organizações nacionais de Comércio Justo e as organizações de marketing que promovem e comercializam os produtos FT; (3) a Fairtrade International que é a ONG guarda-chuva que cria os padrões FT acordados internacionalmente e coordena esta certificação em todo o mundo; (4) FLOCERT que é a certificadora independente da rede FLO e que inspeciona os produtores e comerciantes para garantir o cumprimento dos critérios da certificação.

Nesse sistema, produtos de três esquemas de produção diferentes podem ser certificados de acordo com a FLO (2024): (1) Pequenos produtores organizados em cooperativas, associações ou outros tipos de organização, em que os produtores são donos da organização e gerenciam seu desenvolvimento e negócios de forma democrática; (2) empresas privadas que contratam trabalhadores rurais para o trabalho agrícola; (3) produção por contrato, em que uma empresa ou outra entidade compra um determinado produto de produtores não organizados e o comercializa.

Em relação ao Brasil, em 1998 ocorreu a certificação dos produtores de laranja e café, sendo essas culturas as pioneiras no país (Bákuti; Bouroullec, 2013). Recentemente, a base do Comércio Justo Sul-Sul tem se expandido para incluir uma perspectiva mais territorial, com ênfase na promoção de mercados regionais, valorização da cultura local e fortalecimento das cadeias produtivas solidárias no Sul (CLAC, 2024).

Foi nessa perspectiva que ocorreu a fundação em 2004, da Coordenadora Latino-Americana e do Caribe de Pequenos Produtores e Trabalhadores do Comércio Justo (CLAC), com o objetivo de ampliar o Fair Trade Sul-Sul. Essa valorização do comércio regional torna-se importante, pois apresenta a pluralidade de opções de mercados a serem explorados no Comércio Internacional, em detrimento de uma centralização e dependência do Norte Global, considerando possíveis demandas e nichos de mercado do Sul.

No contexto brasileiro, o sistema Fairtrade é promovido por meio da atuação conjunta da CLAC e da Associação das Organizações de produtores Fairtrade do Brasil (BRFAIR) (Pereira; Cezar, 2023), entidade que representa os produtores certificados no país. Os dois casos de estudo desta pesquisa são certificados pela rede FLO, sendo auditados pela FLOCERT.

A certificação Fairtrade opera com base em princípios normativos e possui mecanismos como o Preço Mínimo Fairtrade (FMP) e o Prêmio Fairtrade (FP), que buscam garantir maior estabilidade e justiça econômica para os produtores (Fairtrade, 2024). O FMP é o valor mais baixo que um comprador certificado pode pagar por um produto FT, funcionando como uma rede de proteção contra as oscilações voláteis do mercado convencional. Já o FP corresponde a um valor extra pago aos produtores, além do preço de venda do produto, e deve ser utilizado de forma coletiva pelas organizações certificadas. A aplicação desse recurso é deliberada democraticamente pelos membros, que definem prioridades conforme suas necessidades e estratégias locais (Fairtrade, 2024).

A certificação Fairtrade é regida por um conjunto de princípios que são essenciais para assegurar que os produtos certificados sejam produzidos, comercializados e consumidos de maneira que respeite os direitos humanos, o meio ambiente e as práticas sociais responsáveis.

A WFTO (2024) estabeleceu os seguintes princípios que norteiam também a certificação Fairtrade (FLO, 2024):

1. Criar Oportunidade para produtores economicamente marginalizados, visando reduzir a pobreza e promover a autossuficiência econômica dos produtores por meio de apoio e capacitação.
2. Transparência e Accountability: Este princípio enfatiza a importância de uma gestão transparente e honesta, envolvendo de forma participativa seus colaboradores, membros e produtores nas decisões.
3. Práticas de Comércio Justo: Para este princípio é importante o papel dos compradores FT que reconhecem os desafios dos produtores e garantem um pré-pagamento para eles. Além de uma compensação adequada aos produtores, em caso de cancelamento do pedido. Um ponto que chama atenção deste princípio é a defesa ao respeito da identidade cultural e das habilidades tradicionais dos pequenos produtores.
4. Pagamento Justo: O pagamento justo é fruto da existência de salários justos e salários dignos locais para os produtores e trabalhadores. Um salário digno local (pelo menos um salário mínimo) deve proporcionar uma vida decente para os trabalhadores e sua família, incluindo alimento, água, moradia, educação entre outros.
5. Garantir a não existência de trabalho infantil e trabalho forçado. Esse princípio traz o compromisso do FT e o respeito à Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das crianças e à legislação local e nacional sobre o emprego infantil. Com isso, as organizações participantes do FT, garantem ausência de trabalho escravo e forçado e assegura que quaisquer envolvimento de crianças na produção (incluindo a aprendizagem de um ofício de arte) é devidamente monitorado, garantindo os direitos das crianças.
6. Compromisso com a não discriminação e equidade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres e a liberdade de associação. Para o Movimento Fairtrade é imprescindível a garantia de igualdade de oportunidades, contratação, remuneração, treinamento e promoção independente de raça, gênero, orientação sexual, fatores de filiação sindical, política, idade, status entre outros. O Fairtrade apresenta uma política transparente para promover a igualdade de gênero, para este movimento é importante por exemplo, que as mulheres tenham

acesso aos recursos e possam ser membros ativos e líderes na organização com igualdade salarial, benefícios legais e seguros.

7. Garantir as boas condições de trabalho, proporcionar um ambiente de trabalho seguro, saudável, conforme as leis nacionais, locais e as convenções da Organização Internacional do Trabalho -OIT. Ressalta-se que os compradores FT estão atentos ao cumprimento destas regras e é um ponto importante, considerando as questões históricas encontradas no Sul Global de precárias condições de trabalho, conforme apontado pela WFTO (2024).
8. Capacitação. O Comércio Justo tem o propósito de melhorar a habilidade de gestão, produção e acesso aos mercados local, regional e internacional. O objetivo é promover o desenvolvimento dos produtos marginalizados de forma inclusiva.
9. Promover o Comércio Justo: Este princípio traz uma clássica indagação, um comércio justo é possível? Esse movimento defende um comércio internacional equitativo e utiliza técnicas de publicidade e marketing para a promoção comercial dos produtos FT, sobre as organizações de produtores e membros que fabricam ou acolhem os produtos certificados.
10. Ação climática e proteção do Meio Ambiente. As atividades de produção, agricultura, serviços e comércio precisam conservar os recursos naturais, envolvendo não apenas os grupos de produtores agrícolas, mas também os povos indígenas e demais organizações para a proteção da biodiversidade, redução da emissão de poluentes na produção e preservação do ecossistema. Este princípio enfatiza a adoção de práticas sustentáveis com fins de aumentar a resiliência climática envolvendo os parceiros da cadeia de suprimentos como compradores, importadores nas escolhas sustentáveis como a escolha da opção de transporte para a comercialização do produto.

Os dez Princípios do FT alinham-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e pactuam para o seu alcance (WFTO; 2024). As empresas FT ratificam esse pacto e se dispõem a realizarem as mudanças em seus sistemas, processos, visando a adoção de modelos de negócios sustentáveis e o cumprimento dos requisitos necessários para obter a certificação FT (FLOCERT, 2024). Contudo, embora a literatura reconheça a importância dos princípios do FT, a aplicação desses princípios, não elimina as tensões que permeiam a própria gênese do Fairtrade (Movimento e Certificação): atuar dentro e contrário ao modelo convencional do

comércio internacional (*mainstream market*) (Raynolds, 2017). Nestes termos, a literatura aponta a necessidade de estudos que não apenas privilegiem a dimensão normativa do FT, mas que explorem as realidades locais, as dinâmicas institucionais e a eficácia prática da certificação (Jaffee, 2007; Raynolds, 2014, 2022; Bartley, 2012, 2021; Cheyns, 2011).

3.3 A certificação Fairtrade e o acesso aos mercados internacionais

O Comércio Internacional é importante para uma nação, pois permite a geração de renda, emprego e de divisas (Ricardo, 1981). A sua relação com a competitividade está presente nos trabalhos seminais dos economistas clássicos que defendiam a exportação do superávit da produção gerada, criando um fluxo de troca entre os países, refletindo em um maior bem-estar para a sociedade e crescimento econômico (Mill, 1848; Smith, 1776; Ricardo, 1891). Todavia, as teorias formuladas pelos economistas clássicos foram criticadas por considerar apenas o fator de produção trabalho em termos de vantagens absolutas e comparativas, em detrimento de outros fatores, como o capital e a tecnologia (Heckscher, 1919; Ohlin, 1929; Stolper – Samuelson, 1941). Atualmente, o entendimento da academia é que variáveis exógenas à produção, como a taxa de câmbio, influenciam o desempenho e competitividade de um produto e sua inserção no mercado externo (Krugman; Obstfeld, 2001).

Em uma perspectiva integrada do micro e macroambiente, a competitividade das empresas, de seus produtos e serviços, são elementos de uma rede interconectada que inclui o sistema educacional, infraestrutura tecnológica, relações de trabalho, aparato institucional, questões gerenciais, entre outros (Fajnzylber, 1988). Assim, o sucesso no comércio internacional depende não só das estratégias empresariais em uma perspectiva micro, mas também da sinergia entre os elementos que compõem o ambiente econômico, político, ambiental, cultural, tecnológico e social no qual estão inseridas as organizações.

Considerando o dinamismo do comércio internacional, para Porter (1985) é fundamental a adoção de estratégias de diferenciação e de competitividade, para garantir a sobrevivência das organizações no mercado global. Para o autor, é preciso que as empresas criem valor para os consumidores e que este valor criado exceda os custos de criação. Em sua visão, o valor é considerado como a disposição dos compradores de pagar um preço superior por um determinado produto, mesmo quando existem alternativas menos onerosas e que ofereçam benefícios equivalentes (Porter, 1985). Essa escolha reflete a percepção de qualidade e exclusividade que o produto pode oferecer, sendo uma vantagem competitiva e diferenciação no mercado.

Nesta perspectiva, a certificação FT acrescenta valor aos produtos certificados (Raynolds, 2014; 2022) e é reconhecida pela literatura como uma certificação robusta e que promove a inserção das cooperativas do Sul Global nos mercados (Lans *et al.*, 2001; Adalja, 2016; Bissinger; Hermann, 2021). A satisfação das necessidades dos compradores em relação a um consumo ético é atendida por esta certificação, considerando as pesquisas divulgadas pela Fairtrade (2024). Contudo, considerando a existência das demais variáveis existentes no mercado internacional, é importante uma compreensão holística do impacto do FT no processo de internacionalização das empresas e de seus produtos, principalmente no cenário das cooperativas que enfrentam problemas gerenciais, concorrenciais e de outras naturezas.

Alguns estudos argumentam que o mercado internacional passou a ser dominado por grandes cadeias de varejo, no qual o FT virou uma “marca” que traduz o discurso sustentável e a defesa de um consumo ético (Bartley, 2021). Apesar da certificação FT ser considerada uma certificação robusta e sustentável (Raynolds, 2014), ela não é a única que busca garantir o acesso aos mercados internacionais. Nas últimas três décadas, ocorreu a proliferação das certificações sustentáveis de Iniciativas *Multistakeholders* (MSIs) privadas, com a promessa de promover a produção e estimular o consumo sustentável.

As cooperativas FT, por exemplo, na tentativa de acessarem mercados internacionais, enfrentam a concorrência com grandes empresas que possuem certificações verdes, orgânicas, entre outras. Bartley (2021) cita em sua pesquisa, o interesse das grandes empresas em obter a certificação FT. Esta constatação segundo o autor, alinhou-se com a decisão de 2011 da Fair Trade USA em permitir a certificação de plantações de café em grande escala, em vez de apenas cooperativas, somando-se a isso, a subsequente adoção de normas laborais mais fracas e flexíveis do que as do FT (FLO). Considerando a explosão de outras regulamentações privadas transnacionais, novas barreiras se apresentam no mercado internacional, como as relações de poder (Bartley, 2021; Graz, 2021).

Para Fridell (2007), o Fairtrade pode ser compreendido como uma “vantagem moldada”, ao possibilitar aos agricultores desfavorecidos do Sul, desenvolverem melhores capacidades para entrarem nos mercados globais em condições mais favoráveis, através de práticas comerciais mais eficientes e padrões de qualidade mais elevados. Essa perspectiva proposta por Fridell (2007) se configura como uma alternativa aos efeitos da globalização no contexto do comércio internacional, considerando a sua natureza concorrencial, normativa e que muitas vezes exclui os países empobrecidos neste mercado. Para o autor, “*the true free trade*” ocorre quando os pequenos agricultores e os países do Sul Global são inseridos no Comércio Internacional.

Portanto, para compreender as motivações, os desafios e os potenciais impactos da certificação Fairtrade, esta pesquisa adotou uma abordagem teórica que articulou a Teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV), a noção de capacidades dinâmicas (Teece *et al.*, 1997) e o modelo de sustentabilidade TBL+ (Fritz; Silva, 2018; Dias *et al.*, 2023). Essa integração teórica permitiu analisar a certificação não apenas como uma ferramenta técnica ou normativa, mas como um arranjo institucional que pode gerar ou não recursos estratégicos.

Considerando a relevância desta temática e a importância de uma contribuição teórica para a compreensão da sustentabilidade como motor de mudança no Comércio Internacional, a próxima seção apresenta não apenas o dinamismo e os dilemas do Comércio Internacional a partir da visão clássica que o relaciona com a competitividade, como também discorre sobre os seus novos paradigmas no contexto da sustentabilidade e das certificações sustentáveis.

3.4 Novos paradigmas e barreiras do comércio internacional no contexto da sustentabilidade

Os assuntos relacionados à liberalização dos mercados, protecionismo, questão ambiental, aquecimento global e acesso aos mercados estiveram presentes nas discussões entre os países mais industrializados (Norte) e o Sul Global ao longo dos anos. Tais discussões ainda são debatidas no âmbito da OMC e nas agendas internacionais (WTO, 2024). Assim, os novos paradigmas do Comércio Internacional contemplam as discussões relacionadas ao alcance da sustentabilidade e não apenas as vantagens competitivas e ganhos econômicos.

Algumas pesquisas consideram que o Comércio Internacional é um fator que influencia consideravelmente o meio ambiente, perdendo apenas para a renda (Can, 2021; Godwin, 2023). A discussão em relação aos novos paradigmas do comércio internacional pelas lentes da sustentabilidade, principalmente em relação a sua dimensão ambiental, é polêmica. Alguns autores defendem que o Comércio Internacional impacta negativamente o meio ambiente ao gerar externalidades negativas como o aumento da poluição, aquecimento global, ou quando os países realocam os seus processos de produção insustentáveis para os países que apresentam políticas ambientais menos rigorosas e onerosas (Lee *et al.*, 2022; Godwin, 2023; Hu *et al.*, 2023).

Apesar das externalidades negativas em relação a questão ambiental, uma outra vertente considera que o comércio internacional possibilita o intercâmbio de bens ecologicamente corretos, tecnologias de produção limpa, além de gerar emprego e renda (Godwin, 2023; Hu *et al.*, 2023). Contudo, deve-se ressaltar que a literatura da economia ambiental também reconhece

que os novos dilemas do comércio internacional refletem uma “especialização verde” entre os países. Os países desenvolvidos como já atingiram um nível de crescimento econômico, se especializam em produtos que causam menos poluição e degradação ambiental e preferem importar dos países em desenvolvimento (Sul Global) os bens que foram produzidos com práticas intensivas de poluição (Can, 2021; Hu *et al.*, 2023).

Nessa discussão, a certificação FT busca promover um comércio global mais justo, solidário, resiliente, equitativo e sustentável (Fairtrade, 2025) com foco no produto e consumo, ou seja, o produto certificado que é exportado, seus processos e o consumo ético e altruísta formam uma poderosa força para o alcance da sustentabilidade de acordo com o Movimento do Comércio Justo.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) opera o sistema global de regras comerciais e ajuda os países em desenvolvimento a desenvolverem a sua capacidade comercial, tendo como princípios a não discriminação e o tratamento nacional dos seus países membros (WTO, 2024). Apesar dos avanços e da ação da OMC e dos demais organismos internacionais em defesa de um livre comércio, a história recente aponta que os países alternam posturas liberais e protecionistas no comércio internacional, limitando ou não, o acesso aos seus mercados através da adoção de barreiras diversas. Estas barreiras podem ser comerciais, ambientais, culturais, geográficas, políticas, logísticas, burocráticas e tecnológicas (Krugman; Obstfeld, 2010; Minervini, 2019).

A 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) enfatizou a urgência de uma resposta global às mudanças climáticas (ONU, 2023) e com isso, alguns países intensificaram o uso das barreiras comerciais verdes que incluem normas ambientais rigorosas como: adequação do processo produtivo, cumprimento de requisitos técnicos, exigência de selo verde, visando a proteção ambiental e o enfrentamento das mudanças climáticas (Liu *et al.*, 2023). Contudo, apesar da adoção de um protecionismo verde em prol da sustentabilidade, existem alguns pontos sensíveis como a questão da agricultura sustentável e do cumprimento dos padrões e requisitos pelos países em desenvolvimento que em sua maioria, possuem um modelo agroexportador (FAO, 2024).

De acordo com Xing e Zhang (2018), os países em oposição aos princípios da OMC e do livre comércio, ao adotarem medidas protecionistas verdes não transparentes para proteção dos seus mercados domésticos, dificultam o comércio com os demais países que enfrentam dificuldades para se adequarem aos requisitos dessas barreiras. Para esses autores, estas são consideradas as “barreiras comerciais mais complexas e desafiadoras no cenário do comércio internacional atual”. Nessa lógica, as barreiras comerciais tradicionais “sofreram um upgrade”

e evoluíram para as chamadas barreiras verdes (Xing; Zhang, 2018).

Para a Organização Mundial do Comércio (OMC), as barreiras comerciais (tarifárias e não-tarifárias) prejudicam o livre acesso ao mercado, quando são adotadas como práticas protecionistas ambiciosas, orquestradas e disfarçadas, sendo exclusivamente para fins competitivos e não sustentáveis. Elas podem excluir os países menos competitivos do comércio global (WTO, 2024), contrariando também os princípios do FT em promover um mercado mais justo, solidário e equitativo.

Uma outra vertente é que, considerando o FT como uma certificação sustentável, a explosão dessas barreiras verdes, podem significar uma vantagem competitiva para as organizações certificadas FT. Neste imbróglio, torna-se importante e necessário estudos que investiguem em uma perspectiva local e global, a eficácia da certificação FT como uma ferramenta para o enfrentamento dessas barreiras, na óptica da sustentabilidade.

4 A TEORIA DA VISÃO BASEADA EM RECURSOS (RBV): FUNDAMENTOS, EVOLUÇÃO E APLICAÇÕES NA SUSTENTABILIDADE E NO ACESSO A MERCADOS INTERNACIONAIS

A Teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV) se constituiu originalmente como uma estrutura analítica para a avaliação do posicionamento estratégico das empresas em termos de mercados e produtos, a partir da consideração de seus recursos internos (Wernerfelt, 1984; Pereira; Bamel, 2021; Ferreira; Ferreira, 2025). Os estudos seminais da RBV, defenderam a lógica de que as empresas podem obter vantagens competitivas sustentáveis, ao explorarem os seus pontos internos fortes (Penrose, 1959; Dierickx; Cool, 1989; Andrews, 1971; Grant, 1991; Barney, 1991). Nesta perspectiva, as tradições de pesquisa que utilizaram a RBV, se propuseram a identificar as fontes de vantagem competitiva sustentável por meio da análise dos recursos e capacidades internas das empresas.

Para esta teoria, a vantagem competitiva pode ser alcançada por uma empresa, quando determinados recursos e capacidades organizacionais, levam a um desempenho superior em relação aos seus concorrentes. No momento em que as empresas possuem a capacidade de criarem valor econômico continuamente, em relação aos seus concorrentes, pois estes não conseguem ter os mesmos recursos e nem tão pouco, desenvolverem capacidades similares, configura-se o que a RBV chama de vantagem competitiva sustentável (Jones *et al.*, 2018; Peteraf; Barney, 2003; Almada *et al.*, 2022). Tal posicionamento, contrasta com abordagens que privilegiam os fatores externos, como a Teoria de Porter (1985) e as suas cinco forças competitivas: “entrada de novos concorrentes, a ameaça de substitutos, o poder de barganha dos compradores, o poder de barganha dos fornecedores e a rivalidade entre os concorrentes existentes” (Porter, 1985, p. 4).

Sob a perspectiva teórica da RBV, alguns autores como Barney (1991) e Grant (1991), argumentaram que era preciso olhar para dentro das empresas, que é composta por uma combinação de recursos humanos, físicos e organizacionais, necessários para que as empresas tenham vantagem competitiva sustentável. Para Barney (1991) algumas barreiras como as de entrada e mobilidade identificadas nos estudos de Porter (1985) não existiriam a menos que as empresas possuíssem recursos diferentes (heterogêneos) em comparação aos seus concorrentes. Dentre os vários estudos que contemplam a Teoria da RBV, o estudo seminal de Barney (1991) se volta para a compreensão da natureza dos recursos necessários, para que uma empresa obtenha uma vantagem competitiva sustentável.

Recursos são os ativos produtivos de propriedade da empresa, que podem ser tangíveis como o capital físico e tecnológico, e intangíveis como o conhecimento, a tecnologia e as relações (Barney, 1991; Grant; Jordan, 2015). Estes recursos podem ser heterogêneos e imóveis e devem ter certos atributos que contribuem para o fornecimento de vantagens competitivas sustentáveis para as empresas, como o fato de serem valiosos (V), raros (R), inimitáveis (I) e não substituíveis (N) (Barney, 1991; Barney; Clark, 2007).

Os recursos da empresa incluem todos os ativos, capacidades, processos organizacionais, atributos da empresa, informações, conhecimentos, etc. Controlados por uma empresa e que lhe permitem conceber e implementar estratégias que melhorem a sua eficiência e eficácia. (Barney, 1991, p.101)

Os atributos dos recursos descritos acima, compreendem as características do modelo “VRIN” formulada por Barney (1991), com as seguintes definições :

- a) **Recurso Valioso (V):** Recursos são valiosos quando permitem que a empresa implemente estratégias que melhoram sua eficiência e eficácia. Isso pode ocorrer por meio da exploração de oportunidades atuais ou neutralização de ameaças atuais no mercado. Um recurso é valioso quando permite a geração de receita para a empresa, redução de custo e diferenciação dos seus produtos e serviços.
- b) **Recurso Raro (R):** Os recursos devem ser exclusivos das empresas para fornecerem uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes atuais e potenciais. Caso contrário, se todas as empresas possuem um determinado recurso, este não pode fornecer uma vantagem competitiva, pois podem ser facilmente adquiridos ou replicados.
- c) **Recurso Inimitável (I):** A imitabilidade de um recurso implica que ele não pode ser facilmente copiado e duplicado por outras empresas. Recursos valiosos e raros, também podem ser inimitáveis. Barney (1991) cita três razões que dificultam a aquisição destes recursos por outras empresas, como as condições históricas únicas, ambiguidade causal e a complexidade social.
- d) **Recurso Não-substituível (N):** A não substitutibilidade significa que um recurso ao oferecer uma vantagem competitiva, não pode ser substituído por um recurso estrategicamente equivalente, uma vez que os concorrentes não podem alcançar o mesmo objetivo, desempenho, substituindo os recursos por outros.

Estes recursos geram vantagens competitivas e Barney (1991) argumenta em seu modelo (VRIN), que os recursos inimitáveis das empresas, são oriundos de suas circunstâncias históricas únicas e particulares. Assim, um determinado momento do passado reuniu as condições propícias, para a aquisição destes recursos pelas empresas. Compreende-se que uma vez que esta oportunidade não existe mais na atualidade, dificulta a replicação desses recursos, por parte dos concorrentes, pois decisões foram tomadas no passado, por exemplo, em relação aonde investir, onde desenvolver um conhecimento específico, como utilizar habilidades específicas, etc. Dessa forma, as empresas desenvolvem a sua reputação e expertises, como resultado da sua história e para imitá-la, seria muito difícil para os concorrentes (Barney, 1991).

A segunda razão refere-se à ambiguidade casual, que ocorre quando a relação entre os recursos da empresa e seu desempenho competitivo não é claramente compreendida pelos concorrentes dificultando a imitação destes recursos (Barney, 1991). Com isso, a incerteza em identificar quais recursos geram uma vantagem competitiva, impede a replicação pelos concorrentes.

A terceira razão que Barney (1991) aponta em relação a natureza dos recursos inimitáveis é a complexidade social. O seu argumento é que existem relacionamentos humanos, sejam estes dentro da empresa, com fornecedores, ou com clientes, que são intangíveis e valiosos em sua essência, como a confiança que é construída ao longo de um determinado período, a cultura organizacional, relações interpessoais, reputação (Barney, 1991). Assim, seria desafiador copiar e duplicar os mesmos relacionamentos sociais, por exemplo.

Posteriormente, Barney (1991) acrescentou o critério de organização (O) ao seu modelo VRIN, substituindo a condição de “não substitutibilidade” pela de “Organização”. Este modelo passa a ser identificado com o acrônimo VRIO (Barney; Hesterly, 2015). A Organização (O) diz respeito à habilidade da empresa em explorar seus recursos e capacidades por meio de política e procedimentos organizacionais, por exemplo (Barney; Hesterly, 2015). Nestes termos, o autor consolida a RBV e argumenta que, além de possuir recursos valiosos (V), raros (R) e inimitáveis (I), a empresa deve estar organizada estrategicamente para explorar os recursos que geram vantagens competitivas.

Na perspectiva de Prahalad e Hamel (1990), os mercados caracterizam-se por sua dinamicidade e competitividade, o que torna estratégico para as empresas concentrar esforços naquilo que realizam de maneira superior em relação aos concorrentes, ou seja, em suas competências essenciais (*core competence*). Ao direcionarem o uso de seus ativos e recursos para o desenvolvimento dessas capacidades distintivas, as organizações podem fortalecer a sua

posição competitiva e, em determinados contextos, alcançar a liderança de mercado (Kenski, 2016).

Nestes termos, compreende-se que a capacidade (habilidade) de uma empresa se relaciona ao uso dos seus recursos, ou seja, como a mesma investe seus recursos para o alcance de um resultado desejado (Helfat; Lieberman, 2002). Em resumo, a visão baseada em recursos pressupõe que cada organização é um conjunto de capacidades e recursos únicos, incluindo reconhecimento da marca e reputação (Penrose, 1959). Essa singularidade é a base para o desempenho diferenciado das empresas.

Portanto, a vantagem competitiva sustentável, deriva do desenvolvimento pelas empresas de capacidades e recursos superiores que persistem ao longo do tempo (Penrose, 1959; Barney, 1991; Hoopes *et al.*, 2003) e que são gerenciados pelas mesmas (seleção de recursos, combinação de recursos, criação, etc) (Barney, 1991; Pereira, Bamel, 2021). Barney (1991) distinguiu três categorias de recursos:

- a) Recursos de Capital Físico: incluem a tecnologia física utilizada numa empresa, as instalações e o equipamento de uma empresa, a sua localização geográfica e o seu acesso a matérias-primas;
- b) Recursos de Capital Humano: incluem a formação, a experiência, o discernimento, o conhecimento, as relações e a expertise dos gestores e trabalhadores de uma empresa;
- c) Recursos de capital organizacional: incluem os sistemas formais e informais da empresa, rotinas, controle e coordenação, bem como as relações informais entre os grupos da empresa e entre a empresa e o seu ambiente.

É importante ressaltar que os recursos estratégicos que podem promover vantagens competitivas sustentáveis, não se limitam às categorias estabelecidas por Barney (1991). A RBV atualmente é aplicada, por exemplo, em estudos empíricos que investigam diferentes tipos de recursos, que permitem um posicionamento estratégico das empresas, em diferentes contextos. Ela é utilizada na área de serviços digitais e inovação (Cuthbertson; Furseth, 2022), na gestão de recursos humanos com ênfase na importância do capital humano, como um recurso valioso e raro (Collins, 2022). Também é aplicada no campo da logística e cadeia de suprimentos, ao se examinar como as capacidades logísticas, se configuram em recursos inimitáveis e raros (Ferreira; Ferreira, 2025).

A RBV consolidou-se, ao longo dos anos, como uma das teorias mais empregadas por estudiosos da área de gestão, tendo sido ampliada e adaptada, compreendendo diferentes contextos e perspectivas em sua aplicação (Collins, 2022; Pereira ; Bamel, 2021; Ferreira; Ferreira, 2025). De acordo com a revisão sistemática da literatura realizada por Ferreira (2025), contemplando 226 artigos acadêmicos, publicados em revistas especializadas de 1994 à 2022, alguns estudos que adotaram a RBV concentraram-se em organizações (Bezerra *et al.*, 2019; Buzzao; Rizzi, 2020), outros focaram nas análises dos micros e macro fundamentos da estratégia (Molina; Arozin, 2014), e alguns combinaram a RBV com a *Knowledge-Based View* (KBV) (Pereira & Bamel, 2021).

Alguns estudos relacionaram os recursos que são utilizados estrategicamente pelas cooperativas e agricultores familiares (Saes, 2010; Ji, *et al.*, 2018; Gall ; Schroeder, 2006; Tondolo; Bitencourt, 2008; Negreti- Campos, 2022). Pesquisas recentes que utilizam a RBV tecem críticas em relação as tradições das pesquisas que utilizam a visão baseada em recursos de forma estática, sem considerar, por exemplo, o cenário econômico concorrencial face às atuais conjunturas econômicas, geopolíticas, os efeitos da globalização e o acesso aos mercados internacionais (Bari *et al.*, 2024; Karman; Savanevičienė, 2021; Sun *et al.*, 2024). Nesta perspectiva, a RBV é ampliada e integrada ao conceito de capacidades dinâmicas (Kenski, 2016; Teece *et al.* 1997; Teece *et al.*, 2007) considerando as mudanças ambientais e os novos desafios que se configuram para as empresas, que necessitam se posicionar estrategicamente.

Capacidades dinâmicas se referem à capacidade de uma empresa em utilizar, adaptar e reconfigurar seus recursos em resposta às mudanças dos ambientes (Teece *et al.*, 2007; Kenski, 2016). Essa extensão da RBV, fornece uma estrutura mais abrangente para entender como as empresas podem sustentar a vantagem competitiva em mercados dinâmicos (Bari *et al.*, 2024).

O quadro seguinte traz os principais conceitos da aqui apresentados:

Quadro 1 – Síntese Conceitos RBV

Conceito	Definição	Referências
Recurso	Ativos tangíveis e intangíveis que a organização controla e que podem ser utilizados para implementar estratégias.	Barney (1991); Wernerfelt (1984); Grant (1991).
Vantagem Competitiva	Implementação, por parte das empresas, de estratégias de criação de valor que os concorrentes atuais ou potenciais não podem imitar no curto prazo.	Barney, 1991: Ferreira; Ferreira, 2025)
Vantagem Competitiva Sustentável	Desempenho superior sustentado ao longo do tempo, resultante do controle de recursos estratégicos e capacidades. Outras organizações	Barney (1991); Kenski, 2016; Ferreira; Ferreira

	não conseguem ter os mesmos recursos ou desenvolver capacidades similares.	(2025); Barney e Clark (2007)
Crítérios VRIN/VRIO	Valor, Raridade, Inimitabilidade, Organização.	Barney (1991); Bari et al. (2024)
Recursos Tangíveis	Ativos físicos e financeiros controlados por uma organização, que possuem existência concreta. Incluem bens como propriedades, instalações, máquinas, equipamentos, veículos, estoques, recursos financeiros e capital em caixa.	Barney (199); Grant (1991); Molina et al. (2014); Ferreira; Ferreira (2025)
Recursos Intangíveis	Ativos não físicos como conhecimento, reputação, confiança, capacidades relacionais.	Barney (199); Grant (1991); Molina et al. (2014); Ferreira; Ferreira (2025)
Ambiguidade Causal	Dificuldade de identificar as causas do sucesso de uma empresa, dificultando a imitação.	Barney (1991); Bari et al. (2024); Kenski (2016)
Complexidade Social	Fatores baseados em relações humanas, cultura organizacional e sistemas de confiança difíceis de replicar.	Barney (1991)
Capacidades Dinâmicas	Compreendem as habilidades organizacionais em utilizar estrategicamente os recursos, considerando às mudanças no ambiente.	Teece et al., 1997; Bari et al., 2024); Kenski (2016); Teece et al (2007)

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Na atualidade, outras extensões da RBV possibilitam a compreensão da vantagem competitiva a serem alcançadas pelas empresas em ambientes de negócios plurais, como a Visão Baseada em Recursos Naturais (NRBV), que se concentra na importância das capacidades dinâmicas no gerenciamento de recursos naturais para se alinhar às estratégias sustentáveis da cadeia de suprimentos, e na promoção da sustentabilidade ambiental (McDougall *et al.*, 2022, Almada *et al.*, 2022).

A literatura contemporânea sobre vantagem competitiva também tem avançado na direção de compreender como os recursos externos às organizações podem contribuir para a construção de desempenho superior sustentado. Autores como McEvily e Zaheer (1999) demonstram que a posição da organização em uma rede pode influenciar diretamente o acesso a conhecimentos e capacidades valiosas, operando como um ativo estratégico de natureza relacional. Estudos como os de Nohria (1992), Powell, Koput e Smith-Doerr (1996) reforçam essa perspectiva ao destacar que as relações sociais oferecem canais de acesso a recursos escassos, cuja aquisição seria dificultada por mecanismos de mercado convencionais.

Dyer e Singh (1998) introduzem o conceito de vantagem relacional, definido como o resultado de investimentos conjuntos em ativos específicos, rotinas compartilhadas de

aprendizagem, combinações de recursos complementares e governança colaborativa. Essas relações, por sua idiossincrasia e dependência de trajetória, tornam-se difíceis de imitar, gerando diferenciação e vantagem competitiva conforme os critérios de valor, raridade, inimitabilidade e organização propostos por Barney (1991). A origem da visão Relacional, conforme argumentam Türkmen (2013) e Lavie (2006), está enraizada na própria RBV, mas amplia seu alcance ao incorporar teorias das trocas sociais e da especialização interorganizacional (Cook, 1977; Emerson, 1976; Thompson, 1967).

Contudo, apesar da temporalidade da RBV aqui apresentada, desde seus estudos seminais até sua integração, com as capacidades dinâmicas e a sua extensão em contextos diversos, ainda existe uma lacuna a ser explorada, decorrente do conhecimento limitado na compreensão de como capacidades e recursos estratégicos específicos de uma organização, podem facilitar iniciativas voltadas à sustentabilidade (Pereira; Bamel, 2021; Ferreira; Ferreira, 2025). Assim, apesar da evolução teórica da RBV, torna-se relevante estudos futuros que compreendam a RBV e a temática da sustentabilidade.

A seguir será apresentada a Inter-relação entre Sustentabilidade Corporativa, Capacidades Dinâmicas e Vantagens Competitivas, proposta por esta pesquisa para o alcance dos objetivos propostos.

4.1 Inter-relação entre sustentabilidade corporativa, vantagem competitiva e capacidades dinâmicas

A relação entre práticas sustentáveis e vantagens competitivas, pela ótica da RBV, possibilita a compreensão de como as empresas alteram a sua arquitetura da sustentabilidade, considerando os seus fatores internos (recursos e capacidades), para alcançar e manter a sua competitividade em uma economia global (Ferreira; Ferreira, 2025; Bari *et al.*, 2024). A sustentabilidade corporativa compreende as práticas e estratégias adotadas pelas empresas, com o propósito de que as suas operações sejam ecologicamente corretas, socialmente responsáveis e economicamente viável ao longo prazo (próspera) (Bari *et al.*, 2024).

Nesta perspectiva, esta pesquisa argumenta que a arquitetura de sustentabilidade de uma empresa, inclui a utilização de recursos e capacidades em vários níveis organizacionais, que refletem em práticas sustentáveis. Tais práticas, possibilitam a construção de uma base para as empresas competirem em um futuro ambiente concorrencial, com ênfase na sustentabilidade. Assim, tanto multinacionais, *startups*, pequenas e médias empresas, se voltam para a conquista destas vantagens competitivas sustentáveis (Tiba *et al.*, 2021; Holtstrom *et al.*, 2019;

Lichtenthaler, 2022). Esta pesquisa investigou as cooperativas, que segundo a sua natureza de hibridismo organizacional (Cezar; Rosa, 2022), já trazem em suas raízes, os pilares da sustentabilidade (TBL) (Elkington, 1997), mas que apresentam desafios na construção da sua sustentabilidade e vantagens competitivas.

As práticas sustentáveis adotadas pelas empresas, se constituem como uma nova norma, em que as mesmas, precisam atender certos requisitos normativos, como padrões de conformidade e qualidade, para se adequarem às exigências do mercado (Lichtenthaler, 2022). Esta pesquisa incluiu neste escopo, a estratégia de adoção das certificações socioambientais pelas empresas, especificamente, o Fairtrade.

Existem duas suposições da RBV para a análise de fontes de vantagens competitivas (Barney, 1991). A primeira delas é que empresas de um setor (ou grupo) podem ser heterogêneas no que diz respeito aos recursos estratégicos que controlam, ou seja, para obter vantagem competitiva sustentável, o conjunto de recursos que compõem as empresas precisam ser diferentes das demais. E a segunda é que os recursos obtidos pelas empresas, devem ser imóveis, não sendo obtidos ou replicados por outras empresas facilmente no curto prazo. Nestes termos, a mobilidade imperfeita pela RBV, implica que estes recursos não são facilmente comprados e vendidos no mercado, contribuindo para a longevidade da heterogeneidade dos recursos, mesmo diante da competitividade dos concorrentes de uma empresa em adquirirem os seus mesmos recursos.

Figura 1 – Vantagens Competitivas RBV



Fonte: Elabora pela Autora com base em Barney (1991); Grant (1991)

Como mostra a Figura 01 acima, a RBV considera que os recursos devem ter características muito específicas para criar vantagem competitiva. Ademais, considera que os recursos tangíveis podem ser facilmente adquiridos no mercado aberto e geralmente proporcionam uma vantagem de curto prazo (Barney, 1991; Grant, 1991). Já os recursos intangíveis, necessitam de tempo para se desenvolverem e não podem ser facilmente adquiridos no mercado aberto e nem copiados (Ferreira; Ferreira; 2025). A posse de diferentes recursos (tangíveis e intangíveis) são importantes para o desempenho empresarial e o alcance das vantagens competitivas.

Barney (1991) também considerou em seu estudo a ideia da vantagem do pioneiro. A empresa precisa ter um conjunto diferente de recursos (exemplo: conhecimento prévio sobre uma oportunidade ou alguma forma de capacidade) que permitem esse primeiro movimento, que garante uma vantagem competitiva. Contudo, a vantagem do pioneiro condiciona-se ao fato da empresa possuir um conjunto de recursos heterogêneos, todos esses sendo difíceis para os concorrentes obterem, replicarem, não sendo possíveis estes se moverem de uma empresa para os seus rivais no curto prazo (imóveis) (Barney, 1991).

Ao adotar um posicionamento estratégico orientado pela sustentabilidade, as empresas podem alcançar benefícios de longo prazo frente aos concorrentes, especialmente por meio da gestão de recursos valiosos e difíceis de imitar (Barney, 1991). Essa vantagem competitiva pode se fortalecer quando a organização incorpora práticas alinhadas ao binômio produção e consumo consciente, ético e altruísta (Fairtrade, 2024; Lichtenthaler, 2022).

Então, ressalta-se que a capacidade de uma empresa em manter a sua vantagem competitiva decorrente da sustentabilidade, está sujeita às possibilidades dos concorrentes de copiar as iniciativas, práticas e os seus resultados (Bari *et al.*, 2024). O que torna relevante e estratégica, a compreensão da sustentabilidade como fonte de valor e de vantagem competitiva. Por outro lado, esta pesquisa argumenta que empresas que ainda resistem em considerar a sustentabilidade na sua gestão estratégica com a prerrogativa dos altos custos para a sua adoção, manifestam a ambiguidade casual de Barney (1991), pois não compreendem os efeitos positivos da sustentabilidade nas suas três dimensões (TBL) e os reflexos na performance da empresa.

Para Bari *et al.* (2024), as empresas também desenvolvem capacidades dinâmicas sustentáveis, que garantem esta competitividade. Os autores argumentam que capacidades dinâmicas sustentáveis, se referem às habilidades de uma organização para adaptar, integrar e reconfigurar competências internas e externas, visando lidar com ambientes em rápida mudança, sem olvidar a sustentabilidade. Caso contrário, ao considerar as capacidades

dinâmicas e sustentabilidade como duas vias diferentes, as empresas poderão comprometer o alcance das vantagens competitivas (Lichtenthaler, 2022; Bari *et al.*, 2024).

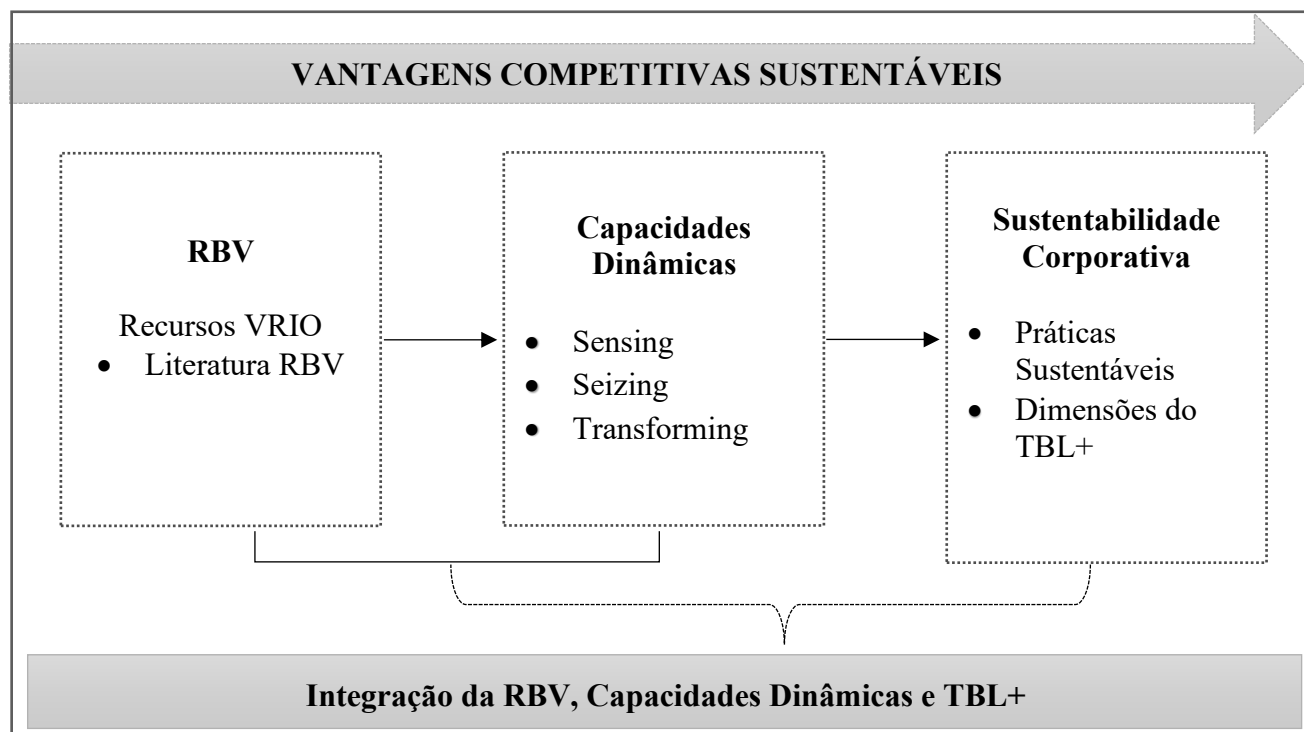
Os estudos seminais sobre a Teoria da Capacidade Dinâmica (DCT) (Teece *et al.*, 1997), para alguns autores uma extensão da RBV, inicialmente não incorporou os conceitos de sustentabilidade (Buzzao, 2021). As capacidades dinâmicas, segundo a formulação de Teece (1997, 2007), dizem respeito aos processos que permitem às organizações responder e se adaptar a mudanças no ambiente externo. Essa abordagem se organiza em três dimensões principais: *sensing*, *seizing* e *transforming*.

A dimensão *sensing* envolve a identificação contínua de oportunidades e ameaças. Trata-se de um processo de observação e análise do ambiente, que requer atenção a mudanças tecnológicas, variações de demanda, alterações nos padrões de consumo e ações de concorrentes. O desempenho dessa função depende da capacidade da organização de atualizar as suas percepções e manter uma postura voltada ao aprendizado. A etapa do *seizing*, refere-se à atuação diante das oportunidades identificadas. Inclui a mobilização de recursos, o estabelecimento de prioridades e a tomada de decisões voltadas, por exemplo, à implementação de inovações, novos produtos ou ajustes nos modelos de negócio. Já *transforming* diz respeito à reorganização dos recursos e das práticas internas, com o objetivo de possibilitar ajustes contínuos. Essa dimensão abrange a adoção de conhecimentos, tecnologias e métodos de trabalho que permitam à organização operar em novos contextos. Também requer ações voltadas à superação de obstáculos internos e à adaptação de rotinas (Teece, 2007; Kenski, 2016).

Estudos recentes comprovaram a conexão entre capacidades dinâmicas e a geração de vantagens competitivas sustentáveis (Buzzao, 2021; Bari *et al.*, 2024). Assim, compreende-se através desta interconexão entre Capacidades Dinâmicas, Sustentabilidade e Vantagens Competitivas, proposta nesta pesquisa, que práticas de sustentabilidade possuem potencial para serem convertidas em capacidades dinâmicas, que por sua vez, permite o alcance de vantagens competitivas.

Pelo exposto, eu elaborei a figura 02, que apresenta o modelo teórico que orientou esta pesquisa. Eu busquei integrar a Teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV), o arcabouço das Capacidades Dinâmicas e a abordagem da sustentabilidade corporativa, adotando o TBL+. A seguir, apresento a explicação do modelo e a sua justificativa.

Figura 02 – Integração da RBV, Capacidades Dinâmicas e TBL+



Fonte: Elaborada pela Autora

O modelo parte da RBV, que enfatiza o papel estratégico dos recursos internos, valiosos, raros, inimitáveis e organizados (VRIO), na geração de vantagem competitiva (Barney, 1991; Wernerfelt, 1984). No entanto, uma limitação desta teoria, conforme já apresentado nesta pesquisa, é a sua pouca atenção dada à sustentabilidade, que conforme a literatura já demonstrou, a sustentabilidade influencia no desempenho organizacional (Lichtenthaler, 2022; Ferreira; Ferreira, 2025). Com isso, a RBV sozinha é insuficiente para explicar os desafios de sustentabilidade enfrentados pelas cooperativas Fairtrade considerando a complexidade da sua rede e do ambiente dinâmico que envolve o mercado FT. Nesse sentido, as capacidades dinâmicas (Teece *et al*, 1997; Teece, 2007) são integradas à RBV, como um segundo eixo analítico complementar.

O propósito desta integração é investigar a habilidade das cooperativas em perceber oportunidades (*sensing*), alavancar recursos (*seizing*) e transformar suas estruturas organizacionais (*transforming*) diante de mudanças institucionais e exigências da certificação Fairtrade. Essa perspectiva é relevante em ambientes dinâmicos, incertos e regulados, como o comércio internacional, onde os recursos sozinhos não garantem um desempenho superior,

sendo necessária a capacidade das empresas em administrá-los, para o alcance das vantagens competitivas sustentáveis.

Por fim, o terceiro eixo do modelo é composto pela sustentabilidade corporativa. Argumento que a sustentabilidade corporativa de uma empresa, resulta dos seus recursos internos e capacidades dinâmicas adquiridas, que refletem em práticas sustentáveis, como a adoção da certificação FT. Proponho a compreensão dessa arquitetura, com a visão integrada da sustentabilidade TBL+ (Fritz; Silva, 2018), ampliando a tradicional visão tripartite (econômico, social e ambiental) e da Teoria da RBV. Com a integração do TBL+ é possível a compreensão das tensões, contradições e efeitos colaterais, presentes na construção da sustentabilidade. Na investigação desta pesquisa, essa integração se mostrou pertinente, pois embora a certificação promova benefícios econômicos, sociais e ambientais (Fairtrade, 2024), também impõe exigências e custos que podem se configurar como barreiras e assimetrias com o que a certificação promete e o que as cooperativas vivenciam.

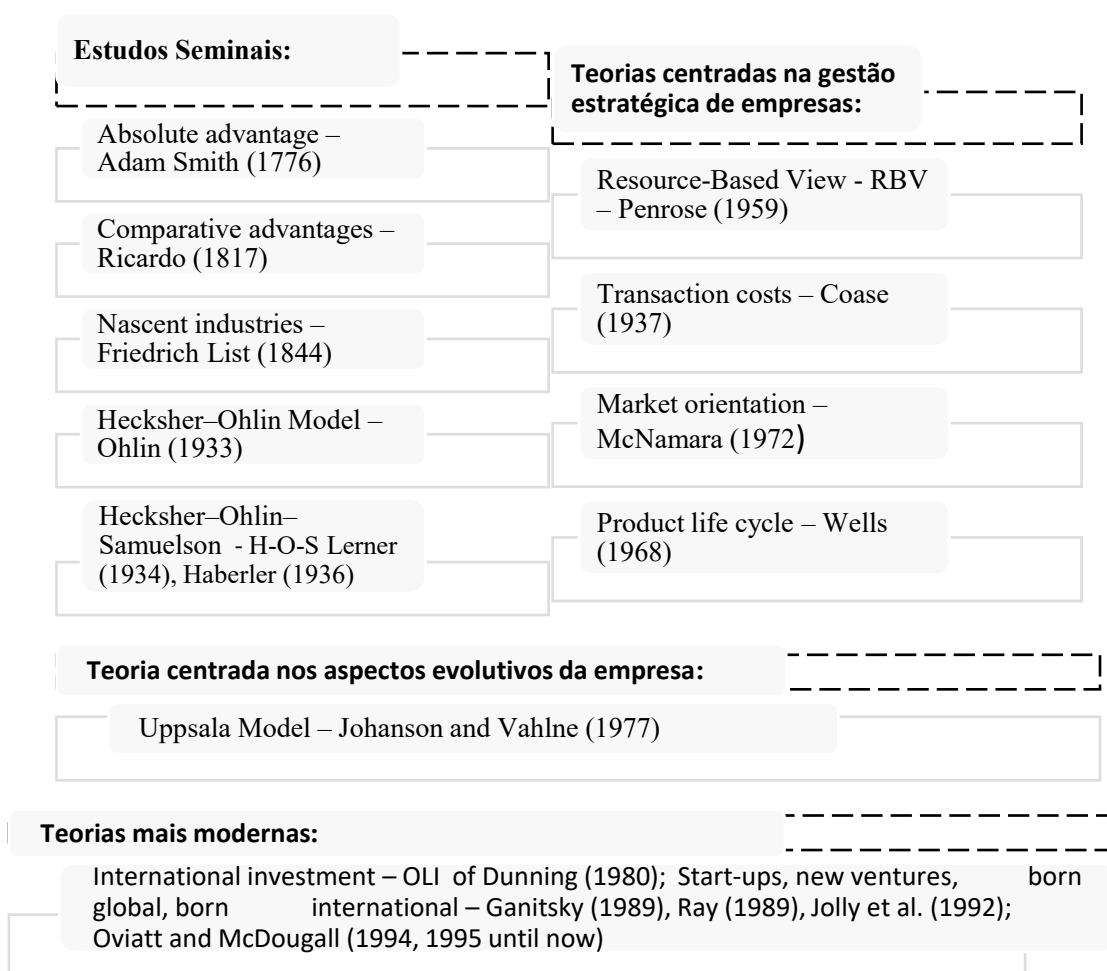
Nestes termos, a integração com o modelo TBL+ proposto por Fritz e Silva (2018) foi adequado, uma vez que os casos estudados se localizam no Brasil, que é um país latino-americano. Esses autores argumentaram que o Tripé da Sustentabilidade (TBL) apresentado por Elkington (1997) é insuficiente para a compreensão da sustentabilidade em contextos como a América Latina, em economias emergentes. A ampliação do TBL proposta pelos autores, inclui as condições históricas, culturais (identidade local, valores tradicionais) e institucionais locais (relações de poder, dependência, governança) (Fritz; Silva, 2018). Assim, a adoção do TBL+, traz uma importante compreensão das práticas sustentáveis adotadas pelas empresas do Sul Global, por analogia.

4.2 Recursos intangíveis, sustentabilidade e o acesso aos mercados internacionais

Em termos gerais, as empresas decidem acessar mercados internacionais visando a exportação dos seus bens e serviços, para melhorar a sua eficiência econômica e rentabilidade (Gerlinger *et al.*, 1989; Mataveli; Gil, 2020). Outras motivações são apontadas na literatura como a busca por ganhos de escala, obtenção de benefícios fiscais decorrentes dos incentivos governamentais à exportação, redução da dependência dos mercados internos, e ganho de prestígio no meio empresarial (Pelmutter, 1995; Rijesh, 2019, Sauer, 2019). As principais teorias que investigaram a internacionalização das empresas, não contemplaram a visão integrada da sustentabilidade (Elkington, 1997) em suas formulações.

Os estudos seminais sobre a internacionalização das empresas conforme apresentado na figura 03 abaixo, eram orientados pelo arcabouço neoliberal e pela globalização emergente, com a lógica de maximização de lucros, redução de custos e aumento da competitividade (Mataveli; Gil, 2020). Os modelos clássicos de internacionalização, como o paradigma eclético de Dunning (1980), a teoria da internalização do modelo de Uppsala, concentraram-se na dimensão econômica da expansão internacional, desconsiderando os impactos sociais e ambientais dessa dinâmica (Dunning, 1980; Johanson; Vahlne, 1977). A figura a seguir apresenta os principais estudos que contribuíram para a investigação da internacionalização das empresas.

Figura 03 – Principais Teorias sobre Internacionalização das Empresas



Fonte: Elabora pela autora, adaptado do estudo de Mataveli; Gil, 2020.

Os estudos seminais, como os de Adam Smith (1776) e David Ricardo (1817), abordaram o comércio internacional a partir das vantagens absolutas e comparativas, enfatizando a eficiência produtiva e os ganhos do comércio internacional entre nações.

Contribuições como o modelo Heckscher-Ohlin e seus desdobramentos (Lerner, 1934; Haberler, 1936), buscaram explicar os fluxos de comércio internacionais, a partir da estrutura de mercados e com base nas dotações relativas de fatores de produção entre os países.

As abordagens com foco na gestão das empresas, como a RBV, foram utilizadas para investigar o processo de internacionalização das empresas, considerando os seus elementos internos, como os recursos, que permitem o alcance de vantagens competitivas (Mataveli; Gil, 2020). Em paralelo, destacou-se a teoria centrada nos aspectos evolutivos da empresa em seu processo de internacionalização, representada pelo Modelo de Uppsala (Johanson; Vahlne, 1977).

A Teoria de Uppsala propõe que a internacionalização das empresas ocorre de forma gradual, à medida que estas dedicam mais recursos e acumulam conhecimento sobre os mercados externos (Johanson; Vahlne, 1977). Nesta jornada de internacionalização, as empresas expandem geograficamente os seus produtos, mas também fidelizam mercados-alvos estratégicos. Esta teoria considera que esta jornada, como também o investimento direto no exterior, iniciam-se em países com menor distância psicológica, ou seja, com características culturais, linguísticas e institucionais mais próximas do país de origem. Com o tempo e o acúmulo de experiência internacional, as empresas tendem a direcionar seus esforços para mercados mais distantes e complexos.

As teorias mais contemporâneas, como o Paradigma Eclético (OLI) de Dunning (1980) que explica os motivos, as razões, a localização, e como as operações internacionais de empresas multinacionais são desenvolvidas e os estudos sobre empresas *born global* (Rennie, 1993; Oviatt; McDougall, 1995), refletem a complexidade e as novas relações entre os agentes, interação entre fornecedores, intermediários e clientes, neste ambiente globalizado. Algumas empresas já nascem global com o objetivo de se internacionalizarem, exportarem os seus produtos e serviços, ou estabelecerem filiais em outros países, como as de alta tecnologias, *startups* (Presutti *et al.*, 2007). Estas adotam uma estratégia moderna e acelerada de acesso a novos mercados, coordenando atividades organizacionais em vários países (Maveli; Gil, 2020).

Todavia esta pesquisa argumenta a importância de se considerar a sustentabilidade na compreensão e caracterização da internacionalização empresarial. Novos fatores presentes no mercado internacional, como o consumo ético e altruísta, retratam o que Buarque (2008) definiu como “*amadurecimento de consciências*”. Este processo iniciado no final da década de 60, coincidindo com a primeira publicação do Relatório de Roma, *Os limites do crescimento* (Meadows *et al.*, 1981), reflete os novos paradigmas da sustentabilidade, em que os consumidores conhecedores dos problemas socioambientais, são agentes de transformação, se

contrapondo ao *economicismo* que menosprezava a ética social e as questões ambientais, fortemente criticado por Sachs (2002).

A sustentabilidade permite o aprimoramento ao longo da cadeia de valor, trazendo novos critérios para a seleção de fornecedores, para a promoção comercial, modificando inclusive o ciclo de vida do produto (Govindan *et al.*, 2020). Com isso, as empresas continuamente percebem que a sustentabilidade pode promover a inovação dos seus produtos e da sua cadeia de suprimentos (He *et al.*, 2019; Govindam *et al.*, 2020; Newman, 2020; Lichtenthaler, 2022).

Tal avanço na integração da sustentabilidade pelas empresas, também refletem no seu desempenho exportador. Lichtenthaler (2022) argumenta que a sustentabilidade precisa ser compreendida em suas três dimensões (TBL) de forma integrada, inclusive considerando a conexão com recursos não sustentáveis, para a geração de vantagens competitivas. Contudo, o autor também argumenta que a sustentabilidade pode se configurar como um valor já esperado pelo mercado, não sendo um fator de diferenciação.

Para Kumlu (2014), a combinação de recursos intangíveis com estratégias competitivas, produz um efeito superior sobre o desempenho exportador de uma empresa. Ele argumenta que a experiência e o comprometimento exportador, a orientação ao cliente e os direitos protegidos, são os fatores mais decisivos na explicação do desempenho. A interação da sustentabilidade com outros elementos de desempenho, proposta nesta pesquisa, se configura em importantes fontes de vantagens competitivas (Lichtenthaler, 2022) principalmente considerando o acesso aos mercados internacionais que apresentam barreiras comerciais de entrada.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados para o alcance dos objetivos da pesquisa. Inicialmente, serão caracterizados o método e a estratégia da investigação. Em seguida, será feita a explanação sobre a seleção dos casos. Posteriormente, serão apresentadas as técnicas utilizadas para a coleta e o tratamento dos dados e, por fim, a forma pela qual esses dados foram analisados. Optou-se pela adoção de uma abordagem qualitativa (Stake, 2011; Gioia *et al.*, 2013; Yin, 2018), que considera as experiências vivenciadas pelos entrevistados, o contexto social em que estão inseridos, para a compreensão do fenômeno investigado.

5.1 Método e estratégia da pesquisa

De acordo com Stake (2011) e Yin (2018), a pesquisa qualitativa permite captar o significado dos eventos da vida real, considerando as perspectivas dos participantes e suas condições contextuais, como as condições sociais, culturais e ambientais em que estão inseridos. Para Sampieri *et al.* (2003), os estudos com desenhos voltados a conhecer comunidades, um determinado contexto ou evento, e que investigam temas ou problemas pouco estudados, são caracterizados como exploratórios. Nesse sentido, este estudo se justifica como exploratório, pois examinou o Fairtrade no contexto específico das cooperativas certificadas de mel e castanha de caju.

Dessa forma, o foco da pesquisa não se restringiu a uma compreensão técnica dos procedimentos para obtenção e manutenção da certificação Fairtrade pelas cooperativas analisadas. Adotei um posicionamento epistemológico interpretativista, partindo do pressuposto de que a realidade é uma construção social moldada pelas interações, pela consciência e pelos significados compartilhados entre os indivíduos, conforme defendem Burrell e Morgan (1979). Em vez de produzir dados quantitativos ou testar hipóteses preestabelecidas, concentrei-me na interpretação das experiências relacionadas à certificação Fairtrade, nos benefícios e desafios percebidos pelos entrevistados e nas formas como essa certificação afeta as relações entre os diferentes atores envolvidos.

Como estratégia de pesquisa, utilizei o estudo de caso. Segundo Yin (2018), essa estratégia é indicada quando se busca descrever ou explicar eventos contemporâneos por meio de perguntas do tipo “como” e “por quê”, sem que o pesquisador tenha controle direto sobre os acontecimentos. Ainda segundo o autor, o estudo de caso permite investigar empiricamente um

fenômeno atual, em profundidade, dentro de seu contexto real, utilizando múltiplas fontes de evidência. Por essa razão, essa estratégia mostrou-se adequada à realização desta pesquisa interpretativa e exploratória, pois me possibilitou responder às questões do estudo, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, análise de documentos, observações não participantes e registros no diário de campo.

Além disso, eu adotei para a análise dos dados, o Método Gioia (Gioia et al., 2013), que compreende um processo indutivo de codificação em três níveis de análise: primeira ordem (citações diretas dos entrevistados), segunda ordem (conceitos interpretativos) e terceira ordem que compreendem as dimensões agregadas (estruturas teóricas mais amplas), conforme será detalhado na subseção de análise dos dados (Gioia et al., 2013; Tavares, 2020).

5.2 Triangulação dos dados e critérios de confiabilidade

Para garantir a qualidade desta pesquisa de natureza qualitativa (Yin, 2018; Stuart *et al.*, 2022), foram adotados critérios de confiabilidade e rigor propostos por Lincoln e Guba (1985): credibilidade, transferibilidade, confiabilidade e confirmabilidade. Conforme os autores, para alcançar a credibilidade, foi realizada a triangulação dos dados a partir de diferentes fontes de evidência como entrevistas, documentos analisados e observações não participantes, além do uso de roteiro de entrevistas baseado na literatura e de um diário de campo.

Além disso, foram consultadas fontes de dados primários e oficiais relacionadas ao comércio internacional, como bases estatísticas públicas e relatórios técnicos, a partir das quais foram elaboradas tabelas analíticas para auxiliar na interpretação dos dados e na caracterização do perfil exportador dos casos analisados, bem como de seus contextos mercadológicos.

A transferibilidade foi contemplada com a descrição do contexto empírico e das características das cooperativas estudadas. Para isso, o contexto da pesquisa foi descrito com precisão, incluindo as especificidades das cooperativas e suas relações com o mercado externo. Também foram analisados os padrões de sustentabilidade universais do Sistema Fairtrade, da rede FLO, permitindo que os leitores avaliem a aplicabilidade dos achados a outros cenários.

Para garantir a confiabilidade, foi criada uma base de dados considerando as múltiplas fontes utilizadas, além da elaboração de memorandos ao longo do processo de coleta e análise dos dados. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Complementando esse processo de triangulação, as informações foram checadas e revisadas após a coleta de dados, sempre que necessário, a fim de assegurar a profundidade analítica.

Por fim, para assegurar a confirmabilidade, foi realizada a organização sistemática do material empírico, dos documentos e dos registros de campo em uma base estruturada, além da confrontação dos achados, com o objetivo de evitar interpretações enviesadas. O quadro 02 abaixo, resume a caracterização desta pesquisa:

Quadro 02 – Caracterização da Pesquisa

Objetivo Geral: Analisar como a certificação Fairtrade contribui para a construção da sustentabilidade em cooperativas agrícolas brasileiras, a partir da mobilização de recursos, desenvolvimento de capacidades e acesso aos mercados internacionais, com base na Teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV).	
Objetivos Específicos:	1. Investigar as principais barreiras associadas à certificação Fairtrade na construção da sustentabilidade; 2. Analisar os recursos e capacidades mobilizados pelas cooperativas na obtenção e manutenção da certificação Fairtrade; 3. Analisar como a certificação Fairtrade influencia o acesso das cooperativas aos mercados internacionais; 4. Examinar as vantagens econômicas, sociais e ambientais associadas à certificação Fairtrade para as cooperativas estudadas.
Procedimentos Metodológicos	
Classificação da Pesquisa	Epistemologia: Interpretativista (Considera a realidade como socialmente construída e baseada em significados compartilhados pelos atores).
	Abordagem da Pesquisa: Qualitativa (Compreensão do fenômeno investigado, considerando o ponto de vista dos participantes).
	Estratégia de Investigação: Estudo de Casos Múltiplos, com a investigação empírica de dois casos: castanha-de-caju (A) e mel (B) que compartilham o mesmo fenômeno (certificação Fairtrade), com o objetivo de comparação e aprofundamento analítico.
Delimitação da Pesquisa	Técnicas de Coleta de Dados: Entrevistas semiestruturadas, observação não participante, análise documental e registros em diário de campo. Também foram utilizados dados secundários sobre exportações em bases públicas oficiais, para a validação dos dados empíricos.
	Procedimento de Análise dos dados: Codificação inspirada no Método de Gioia (Gioia <i>et al.</i> , 2013), com elaboração de

	códigos de primeira ordem, categorias de segunda ordem e dimensões agregadas. Organização dos resultados por meio de quadros analíticos e triangulação entre as fontes.
	Validação da Pesquisa: Credibilidade, Transferibilidade, Confiabilidade e Confirmabilidade (Lincoln; Guba, 1985)

Fonte: Elaborado pela autora

5.3 Seleção dos casos

Considerando a natureza qualitativa, empírica e exploratória desta pesquisa, foram selecionadas duas cooperativas situadas no semiárido piauiense, ambas certificadas pelo sistema *Fairtrade* (FLO), auditadas pela FLOCERT e exportadoras. A escolha dos casos foi intencional e fundamentou-se na busca por compreender, dois contextos organizacionais distintos: um voltado para a comercialização FT de castanha-de-caju e outro para a comercialização FT de mel, possibilitando uma análise comparativa das dinâmicas institucionais e operacionais relacionadas à certificação FT. Além disso, a escolha dos casos considerou a viabilidade de acesso às cooperativas e a disposição dos participantes em colaborar com a pesquisa.

5.3.1 Caso A – Cooperativa de cajucultores

O Caso A refere-se a um central de cooperativas localizada no município de Picos, no estado do Piauí, fundada em 30 de junho de 2005 com o objetivo de fortalecer a distribuição dos produtos da cajucultura. A comercialização da castanha-de-caju iniciou em 2007 para o mercado interno e no ano de 2011, a cooperativa obteve a certificação FT para atender a uma demanda de uma cooperativa certificada italiana.

Sua estrutura organizacional baseia-se nos princípios do cooperativismo, reunindo aproximadamente 144 produtores familiares, organizados em três cooperativas situadas nos municípios de Francisco Santos, Ipiranga do Piauí e Monsenhor Hipólito. A dinâmica produtiva do Caso A envolve uma estrutura em rede com os agricultores familiares entregando sua produção nas cooperativas locais, onde são realizados o cozimento, corte, despêliculagem e classificação das amêndoas de castanha-de-caju. Posteriormente, as amêndoas são encaminhadas à sede da cooperativa central, onde passam por uma revisão final que prioriza a

qualidade e o tamanho das amêndoas, e seguem dois fluxos distintos: um destinado à fritura, embalagem e venda para os mercados nacionais de atacado e varejo; e outro voltado à comercialização *in natura* para a exportação. O pedúnculo do caju, por sua vez, é utilizado no beneficiamento para produção de derivados como a cajuína. Esse processo de seleção da castanha evidencia a segmentação da produção, com destinações comerciais e exigências diferenciadas entre os mercados nacional e o internacional que exige a rastreabilidade do produto de acordo com os princípios do FT.

Mesmo enfrentando perdas consecutivas de safra ao longo de seis anos, a organização manteve a sua atuação no mercado, com destaque para a exportação, em 2017, de 19 toneladas de amêndoas com certificação Fairtrade (FLO). Esse modelo organizacional ajustado às exigências da certificação FT, tem contribuído para o fortalecimento da cadeia produtiva do caju na região, incentivando a expansão da área plantada e o aproveitamento integral do fruto. Contudo, persistem os desafios estruturais, como a baixa produtividade no campo. Esses entraves são intensificados pela necessidade de modernização dos processos produtivos, sobretudo no manejo e no corte da castanha, para aumentar a capacidade produtiva da cooperativa. Nesse contexto, o caso A relatou a importância do apoio das demais instituições, principalmente em relação aos saberes técnicos necessários para o fortalecimento da base produtiva e a melhoria do acesso ao crédito rural.

O público cooperado é majoritariamente composto por agricultores familiares em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise documental disponibilizada pela cooperativa: 70% possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e são beneficiários do programa Bolsa Família; 25% participam de programas educacionais e de qualificação profissional, como o EJA e o PRONATEC; e apenas 5% não acessam benefícios sociais. A atividade produtiva ligada à cooperativa constitui a principal fonte de renda de mais de 60% dos cooperados, o que confere à cooperativa um papel social importante na geração de empregos e na contenção do êxodo rural no semiárido piauiense. Além dos aspectos econômicos e sociais, o Caso A também adota práticas voltadas à sustentabilidade ambiental, como o uso restrito de agrotóxicos e a implementação de um Plano de Manejo Ambiental atualizado anualmente. O plano inclui ações educativas sobre o manejo do solo, agroecologia, conservação de recursos hídricos e alternativas à agricultura convencional. Essas medidas alinham-se aos princípios do FT e às exigências de seu único comprador FT.

5.3.2 Caso B – Cooperativa de mel

A trajetória do Caso B teve início a partir de uma iniciativa comunitária realizada por agentes pastorais da Diocese de Oeiras/Floriano, no final da década de 1980. O projeto de construção do caso B combinou apoio técnico e organização coletiva, resultando na formação de uma associação de apicultores que ao longo dos anos 1990 e 2000, expandiu a sua atuação para dezenas de comunidades em diversos municípios da região. Com o crescimento do número de produtores e o fortalecimento das práticas comerciais, essa associação passou por uma transição institucional, culminando na criação da cooperativa que hoje representa o Caso B.

Segundo o relato dos entrevistados, ainda em sua fase associativa, o grupo alcançou o feito de ser a primeira cooperativa do estado do Piauí a obter a certificação Fairtrade para o setor de apicultura. A entrada no sistema Fairtrade foi viabilizada por meio de uma broker internacional, que identificou o potencial produtivo da região e orientou a organização na adoção das certificações. O processo foi acompanhado por apoio técnico de instituições como SEBRAE, universidades, órgãos públicos e projetos de cooperação, culminando na obtenção das certificações Fairtrade e orgânica.

Atualmente, o Caso B atua em nove municípios do semiárido piauiense, beneficiando diretamente cerca de 1.100 famílias. Sua base social é composta por 333 cooperados formalmente registrados. A cooperativa realiza um trabalho contínuo de gestão da sua base social, estimulando novas adesões em algumas comunidades para garantir a sua capacidade produtiva e encerrando vínculos de membros inativos, que deixaram de entregar o mel produzido em virtude das ações principalmente dos atravessadores. O caso B adota um modelo de governança participativa, para atender o cumprimento das exigências de suas certificações.

Pelas entrevistas, foi possível perceber que a identidade institucional do Caso B é marcada pela forte presença de vínculos familiares e pela participação de diferentes gerações de apicultores. Muitos dos cooperados atuais são filhos de apicultores fundadores, o que reforça um sentimento de pertencimento coletivo. Entretanto, a renovação geracional ainda é um desafio, jovens representam apenas 12% do total de cooperados.

A cooperativa tem buscado ampliar a inclusão das mulheres, mas ainda enfrenta desafios culturais, pois a apicultura é percebida por muitos como uma atividade fisicamente exaustiva, o que contribui para a sub-representação das mulheres, segundo os entrevistados. As mulheres representam atualmente 10% do total dos cooperados e algumas das capacitações são voltadas para esse público, visando o aumento da sua participação. O incremento da participação

feminina nas atividades da cooperativa, também é acompanhado nas auditorias pela FLOCERT, conforme os relatos.

A estrutura técnico-produtiva do Caso B inclui 39 unidades comunitárias de extração de mel (UEPAs), um entreposto com registro junto ao Ministério da Agricultura (SIF) e à agência reguladora dos EUA (FDA), além de equipamentos para fracionamento e beneficiamento de cera. O empreendimento está habilitado a comercializar o seu mel tanto fracionado quanto em tambores, com destinos nacionais e internacionais. Desde o início das exportações, já exportou para os Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Itália e Inglaterra, países com exigências rigorosas de qualidade, rastreabilidade e certificação, porém desde 2019 tem exportado apenas para os Estados Unidos. Para atender a esse mercado, o Caso B mantém certificações como Fairtrade, Orgânico (IBD), Non-GMO e True Source, além de utilizar tecnologias de baixa emissão de carbono (TecABC – PRS Caatinga).

O Caso B participa de feiras, eventos e articulações em nível estadual, nacional e internacional, como a Biofach (Alemanha), a Anufood (São Paulo) e ações promovidas pela CLAC. Esse engajamento, têm ampliado a sua visibilidade e contribuído para o fortalecimento de parcerias institucionais e comerciais. Em síntese, o Caso B apresenta-se como uma cooperativa de base comunitária que articula tradição, inserção internacional e práticas sustentáveis. Sua trajetória, assim como a do Caso A, combina elementos históricos, sociais e culturais que serão analisados ao longo desta dissertação.

5.4 Coleta de dados

Foram utilizadas diferentes fontes de dados para a compreensão do fenômeno investigado. A coleta de dados seguiu os princípios definidos por Yin (2018) como: fontes de evidências diversas, construção de um banco de dados, conexão das evidências considerando as questões da pesquisa. Coletei dados a partir de três fontes distintas: (1) entrevistas semiestruturadas, (2) observações e (3) fontes secundárias de dados.

As entrevistas semiestruturadas ocorreram in loco no Caso B, sendo que as no Caso A, foram realizadas virtualmente em virtude da dificuldade de reunir os entrevistados em uma data previamente acordada, e pela distância da cooperativa. Contudo, os critérios de rigidez metodológica foram perseguidos, sendo as entrevistas gravadas com recurso de áudio e transcritas, seguindo os protocolos proposto por Yin (2018). A seguir, será detalhada as diferentes fontes de coletas de dados dessa dissertação.

5.4.1 Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas foram guiadas por um roteiro semiestruturado fundamentado na articulação teórica desta dissertação e foram direcionadas a três grupos: diretores-presidentes, gerentes e consultores. A seleção dos entrevistados foi baseada no princípio de amostragem teórica, não estatística (Stuart *et al.*, 2022; Yin, 2018). Eu busquei entrevistar pessoas que estivessem relacionadas ao Fairtrade e à gestão da sua manutenção em ambos os casos, e que fosse possível também alcançar os objetivos desta pesquisa, a partir do relato das suas experiências, dos desafios que enfrentam neste processo, identificando quais capacidades e recursos foram mobilizados a partir do Fairtrade, além de viabilizar a investigação da competitividade que o FT pode ou não proporcionar no acesso aos mercados internacionais. As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2024 à dezembro de 2024, A tabela 01 apresenta a relação dos 12 entrevistados, com a duração das entrevistas.

Tabela 01 – Relação das Entrevistas

Casos	Entrevistado	Código	Duração da Entrevista (min)
Caso A – Cooperativa Castanha-de- caju	1. Presidente da Cooperativa	PCA-01	42
	2. Gerente Administrativa	PCA-02	43
	3. Diretor Financeiro	PCA-03	18
	4. Cooperado	PCA-04	12
Caso B – Cooperativa de Mel	1. Presidente Cooperativa	PMB-01	43
	2. Gerente Administrativa	PMB-02	75
	3. Diretor Financeiro	PMB-03	30
	4. Diretor Administrativo	PMB-04	35
	5. Assistente Comercial	PMB-05	67
	6. Consultor do Caso B	PMB-06	15
Total duração das entrevistas: 380min			

Fonte: Elaborada pela autora

5.4.2 Observação não-participante

Minhas observações ocorreram durante a visita à unidade de beneficiamento do mel do Caso B, na participação on-line em três capacitações promovidas pela Coordenadora Latino-americana e do Caribe de Pequenos Produtores e Trabalhadores do Comércio Justo (CLAC) e durante a minha participação presencial em uma ação organizada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), na qual seis compradores internacionais visitaram o estado do Piauí para prospectar vendedores de mel in natura e seus derivados.

Em relação ao evento promovido pela ApexBrasil, foram dois dias de viagem com os compradores internacionais vindos da Tailândia, Bangladesh, Reino Unido, Polônia, Espanha e Emirados Árabes Unidos, e com a equipe de profissionais da área de Comércio Exterior, realizados nos dias 01/07/2024 a 02/07/2024. Ocorreram visitas técnicas a três exportadores piauienses de mel, dois localizados no município de Picos e o outro no município de Oeiras. Observei, sem interferir no processo, como os compradores se articularam e as suas motivações na procura do mel. Consegui perceber que a principal motivação foi a procura por preços mais acessíveis e, em segundo, pela qualidade do mel, mas também observei uma demanda por própolis. Os compradores estavam buscando novidades nesse segmento, e a produção de própolis ainda é pequena em termos comparativos com o volume do mel in natura. Então, a busca por fornecedores desse produto foi valorizada pelos compradores.

Em relação ao Fairtrade, o comprador do Reino Unido me relatou que seu mercado interno valoriza a certificação, mas há um fator limitante: o encarecimento do produto final, devido, por exemplo, ao acréscimo do Prêmio. Na sua visão, o mel já possui um valor agregado superior, que ao se somar outros custos, como o valor extra pago pelos compradores em virtude do Prêmio FT, o produto torna-se mais caro para o consumidor final. Esse comprador ainda fez uma comparação com o mercado da banana FT, que por possuir um preço final inferior, ou seja, baixo valor agregado em seu mercado, os custos com os compromissos do FT não impactam na concorrência e na escolha dos consumidores.

Essa informação foi importante para compreender os desafios enfrentados pelo Caso B e me permitiu ter uma visão dos mecanismos do FT a partir do ponto de vista de um comprador. Ressalta-se que não foi realizada uma entrevista formal com os compradores, apenas conversas informais, que me permitiram enriquecer as anotações no meu diário de campo e contribuir para a triangulação dos dados nesta pesquisa.

Ainda em relação à questão do preço do mel, o comprador da Tailândia relatou que preferia comprar o mel chinês, que era mais barato e cuja qualidade ainda permitia uma competitividade; segundo ele, a motivação para ter vindo ao estado do Piauí foi a procura por própolis e novos produtos derivados do mel natural. Já o comprador de Bangladesh sinalizou que preferia comprar mel Fairtrade, pois em seu país isso facilitava a adequação às normas, agilizava os processos de liberação e agradava aos consumidores que valorizavam a certificação. Todos os compradores demonstraram conhecimento sobre o FT e sobre a qualidade do mel piauiense, mas a motivação percebida ainda foi a da dimensão econômica.

No dia 3/07/2024 pude participar das rodadas de negócios; foram 8 horas observando as transações comerciais, sem interferir no processo. Inclusive o Caso B participou dessas rodadas, causando um impacto positivo nos compradores que solicitaram o envio de amostras. No total, além das seis empresas exportadoras piauienses, outras 19 participaram, vindas de 14 estados brasileiros.

A outra observação realizada, foi a visita ao Caso B. Na ocasião, explicaram-me o processo de beneficiamento do mel na unidade de Simplicio Mendes. Foi possível observar todas as etapas realizadas, o controle de qualidade e as boas práticas exigidas para a adequação aos critérios do Fairtrade. Na unidade de beneficiamento, o mel Fairtrade possui um rígido controle de rastreabilidade, o mel natural é recebido e identificado com informações sobre a comunidade de origem e os produtores; cada tambor é documentado para garantir a rastreabilidade.

Nesse beneficiamento, eu observei todo o processo que envolve a filtragem e a desumidificação, e chamou-me especial atenção o processo de homogeneização, realizado para garantir que todas as amostras apresentem características uniformes em termos de cor e qualidade, uma exigência tanto para atender o mercado internacional, como também o mercado doméstico. Além desse controle interno de qualidade, as amostras de mel no Caso B são submetidas a análises laboratoriais para verificar a cor, umidade e possíveis adulterações. Os entrevistados relataram que a cor do mel é especialmente importante, pois o mel mais claro costuma ser mais valorizado no mercado internacional.

Por fim, participei de modo virtual de três capacitações promovidas pela CLAC, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), que integra, desde 2022, a rede de Universidades Latino-Americanas pelo Comércio Justo. As capacitações tiveram como tema principal a comunicação e o marketing para produtores certificados Fairtrade, com o objetivo de fornecer conhecimentos e ferramentas para melhorias na comunicação e no marketing, de modo que os produtores pudessem promover seus produtos de forma eficaz nos mercados

associados à marca Fairtrade. Essas capacitações ocorreram nos dias 31/10/2024, 07/11/2024 e 13/11/2024, totalizando 4 h 30 min de duração. Observei a participação do Caso B nesta capacitação.

Em relação ao Caso A, acompanhei o seu processo de qualificação para a exportação, que durou todo o ano de 2020, com carga horária de 44 horas de capacitação, mas em alguns momentos adotei uma postura participante ao contribuir neste processo para auxiliar a elaboração dos conteúdos programáticos para as capacitações, visando atender as necessidades da cooperativa como os temas de precificação, prospecção de compradores, estratégias de marketing. Contudo, isso não impactou a observação não participante, pois mantive uma postura reflexiva quanto à minha atuação, registrando cuidadosamente, em meu diário de campo, os limites entre participação e análise, de modo a preservar a integridade dos dados e a consistência metodológica da pesquisa.

5.4.3 Documentos

A coleta de dados via documentos teve por intuito complementar as informações colhidas nas entrevistas e nas observações, auxiliando na triangulação dos dados e na compreensão dos critérios mais técnicos relacionados à certificação Fairtrade. Foi um processo de aprofundamento para compreender as normas do FT, os seus requisitos e as suas implicações para as cooperativas e para evitar possíveis distorções nas análises.

Entre os documentos que foram analisados estão: os documentos oficiais da rede Fairtrade International (FLO), como o *Fairtrade Standard for Small-scale Producer Organizations* (FLO, 2019), o *Fairtrade Trader Standard* (2024), o *Fairtrade Standard for Honey* (FLO, 2019), o *Fairtrade Standard for Nuts* e os *Guidance Documents sobre o Preço Mínimo* (FLO, 2019); os documentos operacionais da FLOCERT, como o *Fairtrade Assurance – Rules and Guidelines (Public Version)*. Também foram analisados os documentos disponibilizados pelas cooperativas estudadas, como os *checklists* das auditorias, e o *Plano de Desenvolvimento de Comércio Justo (PDCJ)* que foi somente disponibilizado pelo Caso B.

Na seção de análise e discussão, eu apresento os resultados em relação aos padrões de sustentabilidade FT identificados na investigação destes documentos, permitindo a compreensão do ponto vista normativo que envolve a certificação. Ademais, com o objetivo de compreender a dinâmica das exportações dos segmentos de mel natural e castanha-de-caju, eu coletei coletados dados na *United Nations Commodity Trade Statistics Database* (UN COMTRADE, 2024) e no Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2024)

por meio da plataforma de estatísticas de comércio exterior do ministério, denominado Comex Stat. Já as informações sobre a produção dos setores analisados, foram extraídas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA, 2024) e na *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2024).

5.5 Procedimentos de análise dos dados

A análise foi operacionalizada de acordo com os critérios propostos por Yin (2018), que envolvem: (1) compilação dos dados, (2) decomposição, (3) recomposição, (4) interpretação dos dados e (5) conclusão. Para a transcrição do material, foi utilizado o software Express Scribe Transcription. Ao final da transcrição, as entrevistas foram lidas para uma visão geral do conteúdo. Em seguida, ocorreu a compilação e organização da base de dados. Foram organizadas as notas do diário de pesquisa, as entrevistas transcritas, os documentos pesquisados e os dados secundários. Esses materiais foram organizados e separados para cada cooperativa.

Os registros também foram separados por fontes: entrevistas e documentos. Os dados secundários referentes à produção e exportação do mel e castanha de caju piauienses, extraídos das bases estatísticas, foram compilados em uma base de dados secundários. Nesta etapa, as transcrições foram relidas. Todo o *corpus* (material coletado) foi organizado em uma pasta denominada FAIRTRADE. Concluída a organização dos dados, foi iniciada a segunda etapa proposta por Yin (2018), que foi a decomposição dos dados.

Esta etapa compreendeu a codificação, que foi feita tanto manualmente com a impressão das entrevistas e as anotações manuscritas e também com o auxílio do *software* Atlas.ti que facilitou a identificação de padrões e o cruzamento das informações para criar as categorias de análise. Foi adotada a codificação indutiva proposta por Gioia *et al.*, 2013. De acordo com esses autores, o foco da investigação indutiva não está na quantificação das respostas, mas na identificação dos significados construídos pelos participantes em relação à sua experiência e como eles interpretam os fenômenos vivenciados, permitindo que as categorias teóricas sejam construídas a partir dos dados empíricos. Assim, ao aderir à investigação indutiva, busquei aprofundar a compreensão da experiência organizacional dos entrevistados e o conhecimento dos processos e rotinas que envolvem o Fairtrade.

Seguindo esses pressupostos, eu realizei a primeira rodada de codificação encontrando os elementos de primeira ordem, que coadunando com Gioia *et al.* (2013), tiveram a sua origem no campo, ou seja, a partir das entrevistas semiestruturadas. Nesta codificação aberta, eu

codifiquei cada entrevista individualmente, identificando os trechos, frases, relacionados a um código de primeira ordem. Foram encontrados 115 códigos livres de primeira ordem, representando as citações diretas dos entrevistados, preservando as suas vozes. Na sequência, identifiquei os padrões e os conceitos de primeira ordem e os agrupei em categorias mais amplas que representassem os elementos a serem investigados e explorados, considerando o referencial teórico e os objetivos desta pesquisa.

Assim, emergiram 11 temas de segunda ordem: (1) Barreiras Socioculturais e Cognitivas; (2) Barreiras Econômicas; (3) Barreiras Burocráticas; (4) Preço Mínimo assegurado pelo Fairtrade; (5) Prêmio Fairtrade mobilizado como recurso; (6) Cultura cooperativista como facilitador interno; (7) Certificação Fairtrade como recurso reputacional; (8) Recursos relacionais como facilitadores externos; (9) Aprendizado e reconfiguração de práticas ; (10) Importância do Fairtrade para acessar mercados; (11) Limitações do Fairtrade no acesso aos mercados internacionais.

Em seguida, reuni os temas de segunda ordem em cinco dimensões agregadas (Gioia *et al.*, 2013), que forneceram a fundamentação teórica para a análise, considerando os objetivos desta pesquisa: (1) Barreiras Associadas ao FT; (2) Recursos Tangíveis Mobilizados a partir do FT; (3) Recursos Intangíveis Mobilizados; (4) Capacidades Dinâmicas; (5) Efeitos do FT no Acesso aos Mercados Internacionais. Ressalta-se que essa etapa da codificação, envolveu um exame iterativo das relações entre conceitos de primeira ordem e de segunda ordem, o que permitiu a estruturação do *Code Tree* apresentado a seguir.

Ademais, no Apêndice A encontra-se a matriz desta codificação, na qual constam as citações empíricas que deram origem aos códigos de primeira ordem, bem como os códigos de segunda ordem e as dimensões agregadas presentes no *Code Tree*. Para garantir a robustez e a consistência das categorias construídas, adotei o critério de saturação sugerido por Dias *et al.* (2023), considerando apenas as categorias mencionadas por, no mínimo, três entrevistados distintos. Nesses termos, essa etapa correspondeu à recomposição dos dados extraídos, em conformidade com a Etapa 3 proposta por Yin (2018), que trata da identificação de padrões, ou seja, de temas.

Na quarta fase, foi realizada a interpretação dos dados recompostos, que se tornaram a parte analítica fundamental da pesquisa (Yin, 2018). Nessa perspectiva, também para compreender o perfil exportador das cooperativas analisadas, além da codificação, utilizei os dados brutos extraídos das bases já citadas, e realizei as tabelas 04, 05 e 06 apresentadas nas páginas 112, 113 e 121. Esses dados complementaram a análise sobre a competitividade e o acesso aos mercados internacionais promovidos pela certificação FT, viabilizando a

triangulação com os demais dados primários. Com isso, consegui elaborar um panorama das exportações piauienses de mel e castanha de caju, englobando os municípios onde estão localizadas as cooperativas analisadas.

Todas as fases foram consideradas para a conclusão da análise (etapa 5), em um processo dinâmico e interativo (Yin, 2018) para o alcance dos objetivos desta pesquisa, a triangulação dos dados permitiu eliminar as possíveis distorções e aprofundar na análise.

5.6 Critérios de confiabilidade

Para garantir a qualidade desta pesquisa de natureza qualitativa (Yin, 2018; Stuart *et al.*, 2022), foram perseguidos os seguintes critérios propostos por Lincoln e Guba (1985): credibilidade, transferibilidade, confiabilidade e confirmabilidade. Conforme os autores, para alcançar a credibilidade, realizou-se a triangulação dos dados a partir de diferentes fontes de evidências como entrevistas, documentos analisados e observações não participantes, além do uso de roteiro de entrevistas baseado na literatura e de um diário de pesquisa.

Além disso, foram consultadas fontes de dados primários e oficiais relacionadas ao comércio internacional, como bases estatísticas públicas e relatórios técnicos, a partir das quais foram elaboradas tabelas analíticas para auxiliar na interpretação dos dados e na caracterização do perfil exportador dos casos analisados, bem como de seus contextos mercadológicos.

A transferibilidade foi contemplada com a descrição do contexto empírico e das características das cooperativas estudadas. Para isso, o contexto da pesquisa foi descrito com precisão, incluindo as especificidades das cooperativas e suas relações com o mercado externo. Também foram analisados os padrões de sustentabilidade universais do Sistema Fairtrade, da rede FLO, permitindo que os leitores avaliem a aplicabilidade dos achados a outros cenários.

Para garantir a confiabilidade, foi criada uma base de dados considerando as múltiplas fontes utilizadas, além da elaboração de memorandos ao longo do processo de coleta e análise dos dados. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Complementarmente à triangulação, as informações foram checadas e revisadas após a coleta de dados, sempre que necessário, a fim de assegurar a profundidade analítica.

Por fim, para assegurar a confirmabilidade, foi realizada a organização sistemática do material empírico, dos documentos e dos registros de campo em uma base estruturada, além da confrontação dos achados, com o objetivo de evitar interpretações enviesadas.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7 CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação foi analisar como a certificação Fairtrade contribui para a construção da sustentabilidade nas cooperativas de mel e castanha-de-caju certificadas, a partir da mobilização de recursos, desenvolvimento de capacidades e acesso aos mercados internacionais, com base na Teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV) e Capacidades Dinâmicas. Para o alcance deste objetivo, foi utilizada a triangulação dos dados, como as entrevistas, observações não participantes e análise de documentos. Adicionalmente, foi adotada a técnica de estudo de caso para a investigação.

Para alcançar o objetivo geral deste estudo, foram definidos quatro objetivos específicos. O primeiro objetivo consistiu em identificar as barreiras enfrentadas pelas cooperativas para a obtenção e manutenção da certificação. A análise empírica revelou que essas barreiras são interdependentes, e foram classificadas como barreiras econômicas, burocráticas e socioculturais e cognitivas.

As barreiras econômicas compreenderam os desafios relacionados aos custos para a obtenção e para a manutenção da certificação, as despesas com auditorias, vistoriais que precisaram ser realizadas junto aos cooperados, atualização de registros e a necessidade de investir em infraestrutura e capacitação. Em relação a esta barreira, o Caso B foi o único que apresentou uma situação em que as vendas FT não foram contínuas, o que impactou na percepção do FT como uma certificação onerosa, somando-se aos demais custos das outras certificações.

As barreiras burocráticas, por sua vez, compreenderam a percepção dos entrevistados em relação à rigidez dos processos de auditoria, à necessidade de registrar e manter atualizados documentos, e à necessidade de atender aos critérios progressivos de melhoria contínua, previstos pela certificação. Essas exigências, embora legítimas do ponto de vista da integridade institucional do sistema (Thedvall, 2010), revelaram-se desafiadoras para as cooperativas que sofrem com a escassez de recursos tangíveis (Barney, 1991) e que se mostraram dependentes do auxílio financeiro e técnico da sua rede de apoio.

Por fim, as barreiras socioculturais e cognitivas sinalizaram a dificuldade de apropriação e compreensão dos princípios do FT, em decorrência da complexidade social, que envolve a cultura, a tradição e o conhecimento acumulado (Barney; Grant, 1991). Nesta dimensão, as questões linguísticas também emergiram como uma barreira, pois comprometeram a

operacionalização da plataforma e a compreensão de documentos em outros idiomas, evidenciados pelo Caso B. O conjunto dessas barreiras mostrou a dualidade do FT como fator de inclusão das pequenas cooperativas, mas também como fator de exclusão, uma vez que o Caso A relatou que uma das cooperativas singulares não conseguiu se adequar e atender aos critérios da certificação.

Essas barreiras, identificadas nesta pesquisa, podem ser consideradas como ponto de partida para as organizações interessadas em compreender a complexidade envolvida na adesão e manutenção da certificação FT, bem como para os gestores públicos e instituições de apoio interessados em promover políticas públicas e ações de incentivo à certificação, favorecendo a inclusão de mais cooperativas e pequenos produtores no comércio justo.

O segundo objetivo buscou compreender como as cooperativas mobilizaram recursos e capacidades dinâmicas associadas ao FT. Nesse sentido, os achados desta pesquisa avançam ao demonstrar empiricamente que a certificação Fairtrade, por meio dos seus mecanismos de Preço Mínimo e Prêmio, pode ser compreendida como um recurso estratégico à luz da RBV (Barney; Hesterly, 2015), sobretudo quando mobilizada de forma a atender aos critérios de valor, raridade, difícil imitação e organização. Além disso, este estudo pode contribuir para a compreensão sobre como esses mecanismos geraram benefícios que ultrapassaram a dimensão econômica, contribuindo também para a construção de recursos intangíveis, como os recursos reputacionais, o fortalecimento da cultura cooperativista e das redes relacionais de apoio.

Adicionalmente, o estudo revelou que as cooperativas desenvolveram capacidades dinâmicas relacionadas ao *sensing* (compreensão dos requisitos e demandas de mercado), *seizing* (mobilização de recursos, parcerias e engajamento coletivo) e *transforming* (reconfiguração de práticas organizacionais), consolidando rotinas de governança participativa, aprendizado coletivo e gestão sustentável.

O terceiro objetivo específico analisou a influência da certificação no acesso aos mercados internacionais. O FT permitiu um diferencial competitivo, pois facilitou a inserção das cooperativas em mercados que apresentam barreiras comerciais de entrada, como o europeu (Caso A) e o norte-americano (Caso B). Ao exigir critérios como rastreabilidade, controle produtivo e padronização da qualidade, a certificação favoreceu a adequação às exigências técnicas e regulatórias desses mercados, impulsionando a profissionalização das cooperativas, que podem usufruir desses benefícios e exportar seus produtos para além do mercado FT.

O quarto objetivo foi a investigação das vantagens promovidas pela certificação, que foram identificadas em cinco dimensões (TBL+). Assim, após a articulação dos objetivos específicos, foi possível concluir que a certificação Fairtrade, quando apropriada de forma

estratégica pelas cooperativas, pode contribuir para a construção da sustentabilidade organizacional em suas múltiplas dimensões (econômica, social, ambiental, institucional e cultural), para além do *Triple Bottom Line* (Elkington, 1997; 2018). No entanto, os efeitos da certificação não são automáticos nem homogêneos: eles dependem da capacidade das cooperativas de mobilizar recursos, reconfigurar rotinas e articular redes de apoio.

A contribuição teórica deste estudo consistiu em propor e aplicar um modelo analítico que integrou a RBV (Barney, 1991; Barney; Hesterly, 2015), as Capacidades Dinâmicas (Teece et al., 1997; Teece, 2007) e o modelo TBL+ (Fritz; Silva, 2018), evidenciando empiricamente como a certificação Fairtrade pode ser mobilizada internamente como um recurso estratégico composto. Conforme argumentam Bari et al. (2024), Ferreira (2025) e Lichtenthaler (2022), mesmo abordagens recentes sobre recursos e capacidades dinâmicas ainda atribuem um papel secundário à sustentabilidade, muitas vezes limitando a sua consideração na geração de vantagens competitivas e não integrando totalmente as suas dimensões.

No plano das contribuições práticas, esta pesquisa oferece subsídios para que cooperativas agrícolas, formuladores de políticas públicas, certificadoras e demais *stakeholders* possam compreender os recursos e capacidades (habilidades) que contribuem para a manutenção da certificação e para a competitividade nos mercados internacionais. Por exemplo, esses dados podem contribuir para a elaboração de planos de negócios mais aderentes às exigências de mercados sustentáveis, apoiar o planejamento estratégico das cooperativas que buscam a certificação Fairtrade, orientar programas de capacitação técnica, além de fomentar políticas públicas voltadas ao fortalecimento institucional de cooperativas com perfil exportador.

Ademais, no campo acadêmico, os resultados desta pesquisa podem subsidiar a elaboração de casos de ensino, considerando a natureza multidisciplinar dos temas envolvidos, nas áreas da administração, economia, sustentabilidade e comércio internacional. Esses casos podem ser utilizados em cursos de graduação e pós-graduação, promovendo a análise de desafios reais enfrentados pelas cooperativas no contexto do Sul Global, bem como estimular a proposição de soluções inovadoras, como, por exemplo, a elaboração de estratégias para o enfrentamento das barreiras burocráticas e diversificação de mercados.

Apesar das contribuições, este estudo apresenta algumas limitações. Por se tratar de um estudo de casos múltiplos com foco em duas cooperativas, os achados não podem ser facilmente generalizados para outras realidades organizacionais. Contudo, os princípios e critérios universais de sustentabilidade do Fairtrade podem conferir alguma transferibilidade aos

resultados, especialmente para contextos semelhantes, marcados por vulnerabilidades socioeconômicas, restrições estruturais e inserção em mercados internacionais.

Reconhece-se também que os conflitos internos associados à manutenção da certificação não foram facilmente observáveis, embora indícios tenham emergido nas entrevistas, sugerindo a presença de uma ambiguidade causal interna, como nas tensões em torno da distribuição dos ganhos do Prêmio Fairtrade. Por isso, recomenda-se que estudos futuros aprofundem essa dimensão, a fim de compreender os possíveis efeitos adversos dessas ambiguidades na apropriação dos benefícios da certificação e em sua continuidade ao longo do tempo.

Por fim, esta dissertação também responde a lacunas empíricas e possui uma relevância social, ao evidenciar como duas pequenas cooperativas inseridas nos nichos Fairtrade de mel e castanha-de-caju, localizadas no semiárido nordestino brasileiro, conseguiram exportar seus produtos, enfrentar barreiras, desenvolver novas habilidades, reconfigurar rotinas operacionais e, no caso B, implementar projetos sociais que reproduziram os princípios do comércio justo em sua comunidade.

REFERÊNCIAS

- ADALJ. A. An examination of consumer willingness to pay for local products. **Agricultural and Resource Economics Review**, 2015 44(3), 253-274
- ALMADA, Livia et al. Are Natural-RBV strategies profitable? A longitudinal study of the Brazilian Corporate Sustainability Index. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 24, p. 533-555, 2022.
- ALKADRY, Mohamad G.; TRAMMELL, Evelyn; DIMAND, Ana-Maria. The power of public procurement: social equity and sustainability as externalities and as deliberate policy tools. **International Journal of Procurement Management**, v. 12, n. 3, p. 336-362, 2019.
- ANDREWS, Kenneth R. The Concept of Corporate Strategy. Dow Jones-Irwin. **Inc. Homewood, Illinois**, 1971.
- ARAÚJO NETO, A. G. de, Vicente, S. S., Gurjão, T. A., Sousa, F. A. R. da M., Mascarenhas, N. M. H., Porto Filho, J. M., Pereira, D. S., Silva Filho, J. P. da, Medeiros, A. C. de, & Maracajá, P. B. Apicultura inserida no contexto da agricultura sustentável - revisão. **Caderno Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. 2023
- AULD, G.; RENCKENS, S.; CASHORE, B. Transnational private governance between the logics of empowerment and control. **Regulation & Governance**, v. 9, n. 2, p. 108–124, 2015.
- BACON, Christopher. Confronting the coffee crisis: can fair trade, organic, and specialty coffees reduce small-scale farmer vulnerability in northern Nicaragua?. **World development**, v. 33, n. 3, p. 497-511, 2005.
- BÁNKUTI, Sandra Mara Schiavi; BÁNKUTI, Ferenc Istvan; BOUROULLEC, Melise Dantas Machado. Incentives to Fair trade certification: the case of orange production in the state of Paraná, Brazil. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 10, n. 2, p. 214-237, 2013.
- BAKKER, Frank GA; RASCHE, Andreas; PONTE, Stefano. Multi-stakeholder initiatives on sustainability: A cross-disciplinary review and research agenda for business ethics. **Business Ethics Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 343-383, 2019.
- BARI, Nadeem; CHIMHUNDU, Ranga; CHAN, Ka Ching. Interrelation between sustainable dynamic capabilities, corporate sustainability, and sustained competitive advantage. **Sustainability**, v. 16, n. 7, p. 2864, 2024.
- BARNEY, Jay. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of management**, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.
- BARNEY, Jay B.; CLARK, Delwyn N. **Resource-based theory: Creating and sustaining competitive advantage**. Oup Oxford, 2007.
- BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. Strategic management and competitive advantage: concepts and cases. 5th ed. Boston: Pearson Education, 2015.

BARRIENTOS, Stephanie. Globalization and ethical trade: assessing the implications for development. *Journal of International Development: The Journal of the Development Studies Association*, v. 12, n. 4, p. 559-570, 2000.

BARTLEY, Tim “Institutional Emergence in an Era of Globalization: The Rise of Transnational Private Regulation of Labor and Environmental Conditions.” *American Journal of Sociology* 113 (2007): 297- 351.

BARTLEY, Tim. Power and the practice of transnational private regulation. *New political economy*, v. 27, n. 2, p. 188-202, 2022.

BARTLEY, T. Certification as a mode of social regulation. In *Handbook on the politics of regulation*, ed. D. Levi-Faur, 441–452. **Northhampton: Edward Elgar Publishers**.2012

BASSO, Frederic; BOUILLÉ, Julien; TROIVILLE, Julien. Are you up for fair-trade products? Vertical dimension as a metaphorical representation of virtuous consumption. *Journal of Business Research*, v. 135, p. 508-518, 2021.

BENGTSSON, Magnus et al. Transforming systems of consumption and production for achieving the sustainable development goals: Moving beyond efficiency. *Sustainability science*, v. 13, p. 1533-1547, 2018.

BEZERRA, Francisco Francirlar Nunes; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. As cooperativas de caju e sua adequação aos princípios do comércio justo - flocert no semiárido piauiense. In: Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Natal(RN) UFRN, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2022/484641-AS-COOPERATIVAS-DE-CAJU-E-SUA-ADEQUACAO-AOS-PRINCIPIOS-DO-COMERCIO-JUSTO---FLOCERT-NO-SEMIARIDO-PIAUIENSE>. Acesso em: 10/11/2024.

BEZERRA, M.; GOHR, C.; MORIOKA, C. Organizational capabilities for sustainability towards corporate sustainability benefits: a systematic literature review and an integrative framework proposal. *J. Clean. Prod*, v. 247, n. 119114, p. 10.1016, 2019.

BHAGWATI, Jagdish. In defense of globalization: With a new afterword. **Oxford University Press**, 2004.

BOLANDINI, Adrik; CARLOS CEZAR, Layon; DIAS PEREIRA, Ana Carolina. After all, what benefits does fair trade bring? Understanding the influence of certification for the development of productive organizations. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 13, n. 2, 2023.

BORSKY, Stefan; SPATA, Martina. The Impact of Fair Trade on the Adaptive Capacity of Artisans and Smallholder Farmers, 2016. Disponível em: https://static.uni-graz.at/fileadmin/_Persoenliche_Webseite/borsky_stefan/Papers/fairtradeCC_21-11-16.pdf. Acesso em 5 marc. 2024.

BORSKY, Stefan; SPATA, Martina. The impact of fair trade on smallholders' capacity to adapt to climate change. *Sustainable Development*, v. 26, n. 4, p. 379-398, 2018.

BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira; DE FATIMA VIDAL, Maria. CAJUCULTURA: v. 5 n. 114 (2020). **Caderno Setorial ETENE**, v. 5, 2020.

BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. Cajucultura no mundo. Fortaleza: BNB, ano 7, n.230, jun. 2022.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Editora Garamond, 2008.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological Paradigms and organisational Analysis - Elements of the Sociology of Corporate Life. *Sociological Paradigms and organisational analysis*, p. 448, 1979.

BUZZAO, Giacomo; RIZZI, Francesco. On the conceptualization and measurement of dynamic capabilities for sustainability: Building theory through a systematic literature review. **Business Strategy and the Environment**, v. 30, n. 1, p. 135-175, 2021.

CAN M, Jebli MB, Brusselaers J. Exploring the impact of trading green technology products on the environment: Introducing the green openness index. **Available at SSRN 3804046**, 2024.

CAPARROZ, R. Comércio internacional e legislação aduaneira esquematizado. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique and Enzo Faletto. 1979. *Dependency and Development in Latin America*. **Los Angeles, CA**: University of California Press.

CEPRO – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Piauí em números 11**. ed. Teresina, 2019. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/202001/CEPRO24_45c78f659a.pdf. Acesso em 10 marc. 2024

CEZAR, Layon Carlos; ROSA, Alexandre Reis. Comércio Justo e Hibridismo Organizacional: refletindo sobre o arranjo organizacional das cooperativas certificadas pelo Fairtrade. **Gestão & Regionalidade**, v. 38, n. 115, 2022.

CHEYNS, E. Multi-stakeholder initiatives for sustainable agriculture: limits of the “inclusiveness” paradigm. **Governing through standards: Origins, drivers**. Retrieved on May 1, 2017. 2011.

CLAC -Latin American and Caribbean Network of Small Fair Trade Producers. “CLAC.” 2024. Disponível em: <http://comerciojusto.org/media/descargas/position-clac>. Acesso em: 6 marc, 2024

COASE, R.H. “The nature of the firm”, **Economica**, Vol. 4 No. 16, pp. 386-405.1937

CODEX Alimentarius. Revised codex standard for honey. Codex Stan 12- 1981. Codex Alimentarius Commission.

COLLINS, Christopher J. Expanding the resource based view model of strategic human resource management. In: **Strategic Human Resource Management and Organizational Effectiveness**. Routledge, 2022. p. 107-134.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMAD). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991

CORRADI, Juan Eugenio. Cultural Dependence and the Sociology of Knowledge: The Latin American Case. In: **Ideology and Social Change in Latin America**. Routledge, 2012. p. 7-30.

COTERA, A., ORTIZ, H. Comércio Justo. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro (Orgs.) **Dicionário Internacional da Outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009.

CUTHBERTSON, Richard W.; FURSETH, Peder Inge. Digital services and competitive advantage: Strengthening the links between RBV, KBV, and innovation. **Journal of Business Research**, v. 152, p. 168-176, 2022.

DIAS, Gustavo Picanço; SILVA, Minelle E.; GOLD, Stefan. Microfoundations of supply chain sustainability practices: A social capital perspective. **International Journal of Production Economics**, v. 263, p. 108947, 2023.

DIAS, Gustavo Picanço; SILVA, Minelle E.; VIANA, Fernando Luiz Emerenciano. Contributions of social capital to supply chain sustainability practices: Conceptual framework and propositions. **Cleaner Logistics and Supply Chain**, p. 100151, 2024.

DIERICKX, Ingemar; COOL, Karel. Asset stock accumulation and sustainability of competitive advantage. **Management science**, v. 35, n. 12, p. 1504-1511, 1989.

DUNNING, J.H. "Towards an eclectic theory of international production: some empirical tests", *Journal of International Business Studies*, Vol. 11 No. 1, pp. 9-31.1980

DUTHIE, Ana Cristina; GALE, Fred; MURPHY-GREGORY, Hannah. Fair trade and staple foods: A systematic review. **Journal of cleaner production**, v. 279, p. 123586, 2021.

DYER, J. H.; SINGH, H. The relational view: Cooperative strategy and sources of interorganizational competitive advantage. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 4, p. 660-679, 1998.

EISENHARDT, Kathleen M.; MARTIN, Jeffrey A. **Dynamic capabilities: what are they?** *Strategic Management Journal*, Chichester, v. 21, n. 10/11, p. 1105-1121, 2000.

ELKINGTON, John. 25 years ago I coined the phrase "triple bottom line." Here's why it's time to rethink it. **Harvard business review**, v. 25, n. 2-5, 2018.

FAIRTRADE. Fairtrade International (FLO): History of Fairtrade. Disponível em: <https://www.fairtrade.net/aboutfairtrade/history-of-fairtrade.html>. Acesso em: 16 fev. 2024

FAJNZYLBBER, F. Competitividad Internacional: evolución y lecciones. In: **Revista de la Cepal**, n. 36, dez, p. 7-24, 1988.

FAJNZYLBBER, F. International insertion and institutional renewal. **CEPAL Review**, v. 44, p. 137–166, 1991

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. A reconfiguração das Cadeias Globais de Valor (global value chains) pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 203-219, 2020

FERREIRA, Neuza CMQF; FERREIRA, Joao JM. The field of resource-based view research: mapping past, present and future trends. **Management Decision**, v. 63, n. 4, p. 1124-1153, 2025.

FLO – Fairtrade Labelling Organizations International. What is Fair trade? – A Training Guide for Smallholders. 2024. Disponível em: www.fairtrade.net. Acesso em marc. 2024.

FLOCERT. FLO-CERT. 2024. Disponível em: <http://www.flo-cert.net/flo-cert>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO), FAOSTAT. Food balances. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/FBS>. Acesso em 10 fev. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Disponível em: [https://www.fao.org/one-country-one-priority-product/about/results-framework/theory-of-change-\(toc\)/en](https://www.fao.org/one-country-one-priority-product/about/results-framework/theory-of-change-(toc)/en). Acesso em 20 fev. 2024.

FRANK, A. The Development of Underdevelopment. Pp. 4-17 in *Imperialism and Underdevelopment: A Reader*, edited by Robert Rhodes. **New York: Monthly Review Press**, 1970.

FRIDELL, Gavin. Fair trade coffee: The prospects and pitfalls of market-driven social justice. **University of Toronto Press**, 2007.

FRITZ, Morgane Marie Caroline; SILVA, Minelle E. Exploring supply chain sustainability research in Latin America. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 48, n. 8, p. 818-841, 2018.

FURTADO, Celso. 1956. **Uma Economia Dependente**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.

FURTADO, Celso. ‘The concept of external dependence in the study of underdevelopment’, in Charles K. Wilber (ed.), *The Political Economy of Development and Underdevelopment*. **New York: Random House**, 1973.

GALL, Roslynne G.; SCHRODER, Bill. Agricultural producer cooperatives as strategic alliances. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 9, n. 4, p. 26-44, 2006.

GANITSKY, J. “Strategies for innate and adoptive exporters: lessons from Israel's case”, *International Marketing Review*, Vol. 6 No. 5, pp. 50-65.1989

GEREFFI, G, K Fernandez-Stark. *Global Value Chain Analysis: A Primer, 2nd Edition*, 2016. Disponível em <https://hdl.handle.net/10161/12488>. Acesso em 21 fev. 2024.

GONZALEZ-REDIN, Julen et al. Navigating sustainability: revealing hidden forces in social–ecological systems. *Sustainability*, v. 16, n. 3, p. 1132, 2024.

GORYNIA, Marian; TRĄPCZYŃSKI, Piotr; BYTNIEWSKI, Szymon. The concepts of strategy and business models in firm internationalization research: Towards a research agenda. *International Entrepreneurship Review*, v. 5, n. 2, p. 7, 2019.

GARCIA-TORRES, Sofia et al. Traceability for sustainability–literature review and conceptual framework. *Supply Chain Management: An International Journal*, v. 24, n. 1, p. 85-106, 2019.

GRANT, Robert M. The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation. *California management review*, v. 33, n. 3, p. 114-135, 1991.

GRAZ, Jean-Christophe; WALTER, Andre. Grounding the Effectiveness of Labour Standards in Global Production Networks: **The Role of Labour Institutions**. In: 33rd Annual Meeting. SASE, 2021.

HECKSCHER, Elin F. The effect of foreign trade theory of international trade. **Readings on The Theory of International Trade**, p. 272-300, 1919.

GERLINGER, J.M., Beamish, P.W. and Costa, R. “Diversification strategy and internationalization: implications for MNE performance”, *Strategic Management Journal*, Vol. 10 No. 2, pp. 109-119. 1989.

GIOIA, D. A.; CORLEY, K. G.; HAMILTON, A. L. Seeking qualitative rigor in inductive research: notes on the Gioia methodology. *Organizational Research Methods*, Thousand Oaks, v. 16, n. 1, p. 15-31, 2013. DOI: 10.1177/1094428112452151.

GIULIETTI, A. M. et al. Diagnóstico da vegetação nativa do bioma Caatinga [Diagnosis of native vegetation in the Caatinga biome]. *Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação* [Caatinga biodiversity: priority areas and actions for conservation], p. 48-131), 2003.

GOVINDAN, K., RAJEEV, A., PADHI, S.S. AND PATI, R.K. “Supply chain sustainability and performance of firms: a meta-analysis of the literature”, **Transportation Research E: Logistics and Transportation Review**, Vol. 137, p. 101923. 2020.

HABERLER, G.A. *Theory of International Trade*, **William Hodge**, London.19367

HALL, R. The strategic analysis of intangible resources. *Strategic Management Journal*, v. 13, p. 135-144, 1992.

HAMEL, Gary; PRAHALAD, Coimbatore K. The core competence of the corporation. **Harvard business review**, v. 68, n. 3, p. 79-91, 1990.

HE, Qile et al. Managing knowledge in supply chains: a catalyst to triple bottom line sustainability. **Production Planning & Control**, v. 30, n. 5-6, p. 448-463, 2019.

HELFAT, Constance E.; LIEBERMAN, Marvin B. The birth of capabilities: market entry and the importance of pre-history. **Industrial and corporate change**, v. 11, n. 4, p. 725-760, 2002.

HOFMANN, E. Relational resources for sustainable supply chain management – A network perspective. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 30, n. 9, p. 863–880, 2000.

HOLLING, C.S.; BERKES, C.; FOLKE, C. Science, Sustainability, and Resource Management. In *Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience*; Berkes, F., Folke, C., Eds.; **Cambridge University Press: Cambridge, UK**, 1998; pp. 342–362.

HOLTSTRÖM, J.; BJELLERUP, C.; ERIKSSON, J. Business model development for sustainable apparel consumption: the case of Houdini Sportswear. **Journal of Strategy and Management**, v. 12, n. 4, p. 481–504, 2019.

HONEY, True Source. *True source certified standards*. Disponível em: <<https://truesourcehoney.com/>>. Acesso em 18 de junho de 2023.

HOOPEs, David G.; MADSEN, Tammy L.; WALKER, Gordon. Guest editors' introduction to the special issue: why is there a resource-based view? Toward a theory of competitive heterogeneity. **Strategic management journal**, v. 24, n. 10, p. 889-902, 2003.

HUNTINGTON, S. (1968a). *Political Order in Changing Societies*. New Haven: **Yale University Press**.

HU G, Can M, Paramati SR, et al. The effect of import product diversification on carbon emissions: new evidence for sustainable economic policies. **Econ Anal Policy**, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa pecuária municipal. IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/74>. Acesso em 5 set. 2023.

JAFFEE, Daniel; KLOPPENBURG JR, Jack R.; MONROY, Mario B. Bringing the “moral charge” home: Fair trade within the north and within the south. **Rural sociology**, v. 69, n. 2, p. 169-196, 2004.

JAFFEE, Daniel. *Brewing Justice: Fair Trade Coffee, Sustainability, and Survival*. Berkeley: **University of California Press**, 2007.

JENA, P. Ranjan; GROTE, U. Fairtrade certification and livelihood impacts on small-scale coffee producers in a tribal community of India. **Applied Economic Perspectives and Policy**, v. 39, n. 1, p. 87–110, 2017.

- JOHANSON, J. and Vahlne, J.-E. "The internationalization process of the firm: a model of knowledge development and increasing foreign market commitments", **Journal of International Business Studies**, Vol. 8 No. 1, pp. 23-32.1977.
- JOLLY, V.K., Alahuhta, M. and Jeannet, J.-P. "Challenging the incumbents: how high-technology start-ups compete globally", *Journal of Strategic Change*, Vol. 1 No. 2, pp. 71-82. 1992.
- JONES, Thomas M.; HARRISON, Jeffrey S.; FELPS, Will. How applying instrumental stakeholder theory can provide sustainable competitive advantage. **Academy of Management Review**, v. 43, n. 3, p. 371-391, 2018.
- KHAN, M. I., Khan, S., & Haleem, A. (2018, August). Facilitating fair trade practices as a development strategy. In *IOP conference series: materials science and engineering* (Vol. 404, No. 1, p. 012009). IOP Publishing.
- KARIMOVA, Guli-Sanam et al. Virtue ethics between east and west in consumer research: Review, synthesis and directions for future research. **Journal of Business Ethics**, v. 165, n. 2, p. 255-275, 2020.
- KARMAN, A.; SAVANEVIČIENĖ, A. Mejora de las capacidades dinámicas pa-ra mejorar la competitividad sostenible: conocimientos de la investigación sobre las organizaciones de la región báltica. **Baltic Journal of Management**, v. 16, n. 2, p. 318-341, 2021.
- KASHMANIAN, Richard M. Building greater transparency in supply chains to advance sustainability. **Environmental Quality Management**, v. 26, n. 3, p. 73-104, 2017.
- KENSKI, Victor Wolowski. RBV–MAIS DE 30 ANOS, MAS AINDA ATUAL–UMA ANÁLIS E CIRCUNSTANCIADA. **Revista Científica Hermes**, v. 16, p. 3-26, 2016.
- KIDDER, L. and JUDD, C.M. Research Methods in Social Relations. 5th Edition, **The Dryden Press**, New York, 1986.
- KONING, N.; CALO, M.; JONGENEEL, R. Fair trade in tropical crops is possible: international commodity agreements revisited. **Wageningen: North-South Centre**, 2004. (Discussion Paper, 3).
- KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia Internacional: teoria e política – 5ª. edição, São Paulo: **Makron Books**, 2001.
- KUMLU, Ömer. The effect of intangible resources and competitive strategies on the export performance of small and medium sized enterprises. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 150, p. 24-34, 2014.
- KVANGRAVEN, Ingrid Harvold. Dependency theory: strengths, weaknesses, and its relevance today. In: A modern guide to uneven economic development. **Edward Elgar Publishing**, 2023. p. 147-170.
- LAGENTE, Sarah. Panorama du commerce équitable au Brésil. **Campinas: CIRAD**, 2005.

LANS, I. A. et al. The role of the region of origin and EU certificates of origin in consumer evaluation of food products. **European Review of Agricultural Economics**, v. 28, n. 4, p. 451-477, 2001.

LEE CC, Yuan Z, Lee CC, et al. The impact of renewable energy technology innovation on energy poverty: does climate risk matter? **Energy Econ**, 2022.

LEGARDE, C. The agenda: Christine Legarde on globalisation. In: **The World Economic Forum**, The Economist. 2017.

Lerner, A.P. “The concept of monopoly and the measurement of monopoly power”, **The Review of Economic Studies**, Vol. 1, pp. 157-175.1934.

LERNER, A.P. “The concept of monopoly and the measurement of monopoly power”, **The Review of Economic Studies**, Vol. 1, pp. 157-175. 1934.

LERNER, D. The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East. **New York: The Free Press**, 1958.

LICHTENTHALER, Ulrich. Explicating a sustainability-based view of sustainable competitive advantage. **Journal of strategy and management**, v. 15, n. 1, p. 76-95, 2022.

LIMA, João Paulo Cavalcante et al. Case studies and its application: Proposal of a theoretical scheme for researches in accounting field. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 127, 2012.

LINCOLN, Y.S.; GUBA, E.G. Naturalistic inquiry. New York: Sage, 1985

LIU, Zhen et al. The impact of green trade barriers on agricultural green total factor productivity: Evidence from China and OECD countries. **Economic Analysis and Policy**, v. 78, p. 319-331, 2023.

LOCONTO, Allison Marie et al. Responsibilising the Fairtrade Premium: Imagining better decision-making. **Journal of Rural Studies**, v. 86, p. 711-723, 2021.

LOURENÇO, Maria Salvelina Marques; DE OLIVEIRA CABRAL, José Ednilson. Apicultura e sustentabilidade: visão dos apicultores de Sobral (CE). **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 9, n. 1, p. 93-115, 2016.

MCDUGALL, Natalie; WAGNER, Beverly; MACBRYDE, Jill. Leveraging competitiveness from sustainable operations: frameworks to understand the dynamic capabilities needed to realise NRBV supply chain strategies. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 27, n. 1, p. 12-29, 2022.

MCEVILY, B.; ZAHEER, A. Bridging ties: A source of firm heterogeneity in competitive capabilities. **Strategic Management Journal**, v. 20, n. 12, p. 1133–1156, 1999.

MCNAMARA, C.P. “The present status of the marketing concept”, *Journal of Marketing*, Vol. 36 No. 1, pp. 50-57. 1972

MADARIAGA, Aldo; PALESTINI, Stefano (Ed.). Dependent capitalisms in contemporary Latin America and Europe. **Springer Nature**, 2021.

MALEK, Žiga et al. Regional disparities in impacts of climate extremes require targeted adaptation of Fairtrade supply chains. **One Earth**, v. 5, n. 8, p. 917-931, 2022.

MARCUTA, Liviu et al. Study on the evolution of fair trade and its role in sustainable development. **Scientific Papers Series Management, Economic Engineering in Agriculture & Rural Development**, v. 23, n. 2, 2023.

MARGAVIO, A. V.; MANN, S. A. Modernization and the family: A theoretical analysis. **Sociological Perspectives**, v. 32, n. 1, p. 109-127, 1989.

MATA, D. A. da ., Silva, G. de F. da, Souza, V. S., Silva, J. D. L., Lins, D. de V., Silva, F. G. da, & Mata, D. A. da . (2023). Beekeeping an alternative to family farming for sustainable development . **Scientific Electronic Archives**, 17(1).

MATAVELI, Mara; AYALA, Juan Carlos; GIL, Alfonso J. An analysis of factors that influence the decision to export: perspective of Brazilian companies. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, v. 34, n. 1, p. 43-58, 2021.

MATHIAS, Jean-Denis et al. Exploring non-linear transition pathways in social-ecological systems. **Scientific reports**, v. 10, n. 1, p. 4136, 2020.

MCDUGALL, Natalie; WAGNER, Beverly; MACBRYDE, Jill. Leveraging competitiveness from sustainable operations: frameworks to understand the dynamic capabilities needed to realise NRBV supply chain strategies. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 27, n. 1, p. 12-29, 2022.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em 10 set. 2023.

MENSAH, Justice. Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. **Cogent social sciences**, v. 5, n. 1, p. 1653531, 2019.

MERBAH, Nesrine; BENITO-HERNÁNDEZ, Sonia. Sustainability labels in the Spanish coffee market: A hedonic price approach. **Spanish Journal of Agricultural Research**, v. 21, n. 1, p. e0102-e0102, 2023.

MERBAH, Nesrine; BENITO-HERNÁNDEZ, Sonia. Consumer Willingness-to-Pay for Sustainable Coffee: Evidence from a Choice Experiment on Fairtrade and UTZ Certification. **Sustainability**, v. 16, n. 8, p. 3222, 2024.

MILANOVIC, B. On the threshold of the Third Globalization: Why Liberal Capitalism Might Fail? **Washington, DC: World Bank - Development Economics Research Group (DECRG)**, 1999. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=262176>>. Acesso em 15 abr. 2024.

MILL, J. S. Princípios de economia política. **Coleção “Os Economistas”**. Nova Cultural, 1848.

MINERVINI, Nicola. **O exportador: construindo seu projeto de internacionalização**. 2019.

MIRANDA, B. V.; SAES, M. S. M. **Coordination and quality in the Fairtrade system: the case of coffee market**. 2012

MOLINA-AZORÍN, José F. Microfoundations of strategic management: Toward micro–macro research in the resource-based theory. **BRQ Business Research Quarterly**, v. 17, n. 2, p. 102-114, 2014.

MOORE, Geoff. The fair trade movement: Parameters, issues and future research. **Journal of business ethics**, v. 53, n. 1, p. 73-86, 2004.

MURRAY, Douglas L.; RAYNOLDS, Laura T. Alternative trade in bananas: Obstacles and opportunities for progressive social change in the global economy. **Agriculture and Human values**, v. 17, p. 65-74, 2000.

NEGRETI-CAMPOS, Amanda; EVEDOVE, Antônio César Dall; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith. Visão Baseada em Recursos: uma análise de cooperativas envolvendo os agricultores familiares. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 21, n. 1, p. e19696-e19696, 2022.

NETO, Carlos Antonio Lira Felipe; AMARAL, Xaila Sant Anna; DE SOUSA, Francisco de Assis Salviano. Sustentabilidade Apícola em Ambiente Semiárido do Brasil: Determinação de Pontos Críticos. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 11, n. 4, p. 29-47, 2022.

NEWMAN, Daniel. How leading global companies are using sustainability as a market differentiator. **Forbes**, 2020.

NOHRIA, N. Is a network perspective a useful way of studying organizations?. In: NOHRIA, N.; ECOFF, B. (Eds.). **Networks and organizations: Structure, form, and action**. Harvard Business School Press, 1992, p. 1–22.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do cooperativismo brasileiro**, Disponível: <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>. Acesso em 5 maio 2024.

ODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

OHLIN, B. G. **The Theory of Trade**. 1924.

OHLIN, BERTIL. **Interregional and International Trade** Harvard University Press. Cambridge MA, 1933.

OLASEHINDE-WILLIAMS, Godwin; FOLORUNSHO, Ajide. Environmental policy, green trade and sustainable development in Europe: New perspective on the Porter hypothesis. **Energy & Environment**, 2023.

OLDEKOP, Johan A. et al. COVID-19 and the case for global development. **World development**, v. 134, 2020.

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **TBT Information Management System**. Disponível em: <http://tbims.wto.org/>. Acessado em 09 de jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Transformando nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 5 set. 2023.

OVIATT, B.M. and McDougall, P.P. “Toward a theory of international new ventures”, **Journal of International Business Studies**, Vol. 25 No. 1, pp. 45-64. 1994

OVIATT, B.M. and McDougall, P.P. “Global start-ups: entrepreneurs on a worldwide stage”, **Academy of Management Executive**, Vol. 9 No. 2, pp. 30-44.1995

PELMUTTER, H.V. (1995), “The tortuous evolution of the multinational corporation”, in Bartlet, C. and Ghosal, S. (Eds), **Transnational Management**, Irwin, Chicago, pp. 92-101.1995

PENROSE, E. (1959). **The theory of the growth of the firm**. London: Basil Blackwell.

PEREIRA, Ana Carolina Dias; CEZAR, Layon Carlos. Importância das organizações sociais híbridas certificadas pelo Fairtrade para alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável. **Revista Gestão Organizacional**, v. 16, n. 3, p. 78-97, 2023.

PEREIRA, Vijay; BAMEL, Umesh. Extending the resource and knowledge based view: A critical analysis into its theoretical evolution and future research directions. **Journal of Business Research**, v. 132, p. 557-570, 2021.

PETERAF, Margaret A.; BARNEY, Jay B. Unraveling the resource-based tangle. **Managerial and decision economics**, v. 24, n. 4, p. 309-323, 2003.

PETRAS, J. Dependency and world system theory: A critique and new directions. 8(3/4),148–155. **Sage Publications**, 1981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2633477>. Acessado em 09 de jun. 2024.

PLESA, Evelyn; DIMAND, Ana-Maria; ALKADRY, Mohamad G. Community social capital, political values, or organizational capacity? Indicators of engagement in sustainable public procurement at the local level. **Journal of Cleaner Production**, v. 338, p. 130556, 2022.

PORTER, M. E. **Ventaja competitiva**. México: Alay, 2002.

PORTER, Michael E.; ADVANTAGE, Competitive. Creating and sustaining superior performance. **Competitive advantage**, v. 167, p. 167-206, 1985.

PRESUTTI, M., Boari, C. and Fratocchi, L. “Knowledge acquisition and the foreign development of high-tech start-ups: a social capital approach”, *International Business Review*, Vol. 16 No. 1, pp. 23-46. 2007.

PYK F, Abu Hatab A. Fairtrade and Sustainability: Motivations for Fairtrade Certification among Smallholder Coffee Growers in Tanzania. **Sustainability**, 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su10051551>. Acesso em 5 de março 2024.

RAY, D.M. “Entrepreneurial companies ‘born’ international: four case studies”, **Babson Research Conference on Entrepreneurship**, St Louis, IL. 1989.

RAWORTH, Kate. Doughnut economics: Seven ways to think like a 21st-century economist. **Chelsea Green Publishing**, 2017.

RAYNOLDS, Laura T. Fairtrade, certification, and labor: global and local tensions in improving conditions for agricultural workers. **Agriculture and human values**, v. 31, p. 499-511, 2014.

RAYNOLDS, L. T. (2017). Fairtrade labour certification: the contested incorporation of plantations and workers. *Third World Quarterly*, 38(7), 1473–1492. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1272408>. Acesso em 5 de março 2024.

RAYNOLDS, L. T.; WILKINSON, J. Fair Trade in the agriculture and the food sector: analytical dimensions. In: RAYNOLDS, L. T.; MURRAY, D.; WILKINSON, J. Fair Trade: the challenges of transforming globalization. **London: Routledge**, 2007.

RAYNOLDS, Laura T. Can certification increase trade fairness and worker empowerment? Lessons from Fairtrade International-certified plantations in Ecuador. **International Sociology**, v. 37, n. 6, p. 716-739, 2022.

RAYNOLDS, Laura T.; IPSEN, Annabel. Social reproduction in crisis: Gendered labour regimes in agro-export sectors in Ecuador and Chile. **Journal of Agrarian Change**, 2023.

RAYNOLDS, L. T. Poverty alleviation through participation in fair trade coffee networks: existing research and critical issues. **New York: The Ford Foundation**, 2002. Disponível em: <http://www.colostate.edu/dept/Sociology>. Acesso em: 10 fev. 2024.

REINECKE, Juliane. Beyond a subjective theory of value and towards a ‘fair price’: an organizational perspective on Fairtrade minimum price setting. **Organization**, v. 17, n. 5, p. 563-581, 2010.

RENARD, Marie-Christine. Quality certification, regulation and power in fair trade. **Journal of rural studies**, v. 21, n. 4, p. 419-431, 2005.

RENARD, Marie-Christine et al. Competing logics in the further standardization of fair trade: ISEAL and the Símbolo de Pequeños Productores. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 20, n. 1, p. 51-68, 2013.

RENNIE, M.W. “Global competitiveness: born global”, **McKinsey Quarterly**, Vol. 4, pp. 45-52. 1993.

RICARDO, D. **Principles of political economy and taxation**. G. Bell, 1891.

RIJESH, R. “International trade and productivity growth in Indian industry; Evidence from the organized manufacturing sector”, **Journal of South Asian Development**, Vol. 14 No. 1, pp. 1-39. 2019

ROCKSTRÖM, J., GUPTA, J., Qin, D. *et al.* Safe and just Earth system boundaries. **Nature**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06083-8>. Acesso em 10 fev. 2024

SACHS, Jeffrey D. The age of sustainable development. **Columbia University Press**, 2015.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. **Editora Garamond**, 2002.

SAES, Maria Sylvia Macchione. Rent appropriation among rural entrepreneurs: three experiences in coffee production in Brazil. **Revista de Administração**, v. 45, n. 4, p. 313-327, 2010.

SAMPIERI, R.H; COLLADO, C.F; LUCIO, P.B. Metodologia de la investigación. 3. Ed. México; **McGraw Hill**, 2003.

SANTOS, Theotonio. The structure of dependence’, **American Economic Review**, 1970.

SAUER, S. “Rural Brazil during the Lula Administrations: agreements with agribusiness and disputes in agrarian policies”, **Latin American Perspectives**, Vol. 46 No. 4, pp. 103-121. 2019

SELLARE, Jorge et al. Do sustainability standards benefit smallholder farmers also when accounting for cooperative effects? Evidence from Côte d'Ivoire. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 102, n. 2, p. 681-695, 2020.

SHEWADEG, Biruk. **Modernization Theory and its Critics**. Ethics, Epistemology, and Philosophy of Development, p. 201.

SIMÕES-COELHO, Marco F.; FIGUEIRA, Ariane Roder. Why do companies engage in sustainability? Propositions and a framework of motivations. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 18, n. 2, 2021.

SMITH, A. A Riqueza das Nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol II, **Coleção Os Economistas**. 1776

SMITH, M.; HARGROVES, K.C.; DESHA, C. Cents and Sustainability—Securing Our Common Future by Decoupling Economic Growth from Environmental Pressures; **Routledge: London, UK; Earthscan: London, UK**, 2010

SRBOVÁ, Alena; SAGAPOVA, Nikola. Fairtrade products in retail chains: Case study in the Czech Republic. **Entrepreneurship and Sustainability Issues**, v. 10, n. 4, p. 105, 2023.

SRBOVÁ, A.; SAGAPOVA, N. 2023. Fairtrade products in retail chains: Case study in the Czech Republic, **Entrepreneurship and Sustainability Issues** 10(4): 105-117. Disponível em: [https://doi.org/10.9770/jesi.2023.10.4\(7\)](https://doi.org/10.9770/jesi.2023.10.4(7)). Acesso em 10 abril 2024.

STAKE, R. Case Studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, T. *Handbook of Qualitative Research*. London: **Sage**, 2011.

STALLINGS, Barbara. *Dependency in the 21st Century? The Political Economy of China–Latin America Relations*. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2020.

STIGLITZ, Joseph E. A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais. 2002. p. 327-327.

STUART, I., McCutcheon, D., Handfield, R., McLachlin, R., Samson, D., 2002. Effective case research in operations management: a process perspective. *J. Oper. Manag.* 20, 419–433. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0272-6963\(02\)00022-0](https://doi.org/10.1016/S0272-6963(02)00022-0). Acesso em 10 abril 2024.

STOLPER, W.; SAMUELSON, P. Protection and real wages. **Review of Economic Studies**, v. 9, p.58-73,1941.

SUN, Wenbin; DING, Zhihua. Is doing bad always punished? A moderated longitudinal analysis on corporate social irresponsibility and firm value. **Business & Society**, v. 60, n. 7, p. 1811-1848, 2021.

TEECE, D. J. Explicating dynamic capabilities: the nature and microfoundations of (sustainable) enterprise performance. *Strategic Management Journal*, v. 28, n. 13, p. 1319.

TEECE, D. J.; PISANO, G.; SHUEN, A. Dynamic capabilities and strategic management. **Strategic Management Journal**, v. 18, n. 7, p. 509-533, 1997

THORSTENSEN, V. (2001). *OMC: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. São Paulo: **Aduaneiras**, 2001.

THEDVALL, Renita. *The role of bureaucratisation in organising 'fair' markets: the case of the Fairtrade Labelling Organizations International (FLO)*. 2010.

TIBA, S.; RIJNSOEVER, F. J. van; HEKKERT, M. P. Sustainability startups and where to find them: investigating the share of sustainability startups across entrepreneurial ecosystems and the causal drivers of differences. **Journal of Cleaner Production**, v. 306, p. 127054, 2021.

TIPPS, D. C. *Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: A Critical Perspective*. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 15, No. 2. pp. 199-226 Published by: **Cambridge University Press**, 1973.

TONDOLO, V. A. G.; BITENCOURT, C. C. Uma perspectiva baseada em recursos no agronegócio cooperativo. **Revista de Administração Eletrônica**, v. 7, p. 114–135, 2008.

UNITED NATIONS. UN Comtrade Database. Disponível em: <https://comtrade.un.org/>. Acesso em: 2 set. 2023.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *World Investment Report*. Geneva: **Unctad**, 2020.

VALENZUELA, S. & VALENZUELA, A. Modernization and Dependency: Alternative Perspectives in the Study of Latin American Underdevelopment. **Comparative Politics**. pp., 535-57, 1978

VIDAL, Maria de Fátima. Mel natural. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 7, n.219, abr. 2022. **Caderno Setorial ETENE**.

VIDAL, Maria de Fatima. MEL NATURAL: v. 9, n. 333, abril, 2024. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza, v. 9, n. 343, 2024.

VIDAL, Maria de Fátima; XIMENES, Luciano Feijão. Comércio exterior do agronegócio do Nordeste: frutas, nozes e castanhas. 2019.

WCED, UNCED et al. Our common future. 1987.

WEBER, Heloise; WEBER, Martin. When means of implementation meet Ecological Modernization Theory: A critical frame for thinking about the Sustainable Development Goals initiative. **World Development**, v. 136, 2020.

WELLS, L.T. “A product life cycle for international trade?”, Journal of Marketing, Vol. 32 No. 3, pp. 1-6.1968

WERNERFELT, Birger. A resource-based view of the firm. **Strategic management journal**, v. 5, n. 2, p. 171-180, 1984.

WFTO. World Fair Trade Organization. 2024. Disponível em: <http://www.wfto.com>. Acesso em 20 marc. 2024

WHEELER, David. Racing to the bottom? Foreign investment and air pollution in developing countries. **The Journal of Environment & Development**, v. 10, n. 3, p. 225-245, 2001.

WORLD SOCIAL REPORT, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18356/7f5d0efc-en>. Acesso em fev. 2024

WU, Tong et al. Triple Bottom Line or Trilemma? Global Tradeoffs Between Prosperity, Inequality, and the Environment. **World Development**, v. 178, p. 106595, 2024.

XING, Ni; Zhang Zhouqing Zhang. Study on the Environmental Barriers in International Trade. **International Conference on Economics, Politics and Business Management (ICEPBM 2018)**. Nanchang Institute of Science & Technology, Nanchang, Jiangxi, 2018.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: **Bookman**, 2005.

YIN, R.K. **Case Study Research: Design and Methods**, Sixty ed, 2018.

ZAGLUL RUIZ, Layla. Fair Trade in an unfair market: economic competitiveness and workers' rights in Costa Rica's banana industry. **Ethnography**, v. 25, n. 3, p. 375-393, 2024.

APÊNDICE

APÊNDICE A

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

Informações dos gestores e presidentes

- Você poderia fazer uma breve apresentação sua? Citando nome, escolaridade, atividade que realiza, tempo de trabalho e relação com a cooperativa.
- Quanto tempo você trabalha na cooperativa de mel/castanha-de-caju?

Objetivo da entrevista:

Investigar as principais barreiras associadas à certificação Fairtrade na construção da sustentabilidade.

1. Percepção geral sobre a certificação

- 1.1. Como foi o processo para a cooperativa conseguir a certificação Fairtrade pela primeira vez?
- 1.2. O que significa, para vocês, ter a certificação Fairtrade?
- 1.3. Desde que a cooperativa foi certificada, o que mudou na rotina, nos processos ou na gestão?

2. Barreiras

- 2.1. Os custos para conseguir e manter a certificação Fairtrade são altos? Quais são os principais?
- 2.2. O valor recebido pelo produto certificado compensa os custos envolvidos?
- 2.3. Existe dificuldade para acessar o prêmio ou o Preço Mínimo Fairtrade ?
- 2.4. A cooperativa tem estrutura suficiente para atender a todas as exigências da certificação?
- 2.5. Existe alguma dificuldade com volume de produção, transporte, armazenamento ou logística?
- 2.6. Quais mudanças a cooperativa precisou fazer para cumprir as exigências? Alguma foi difícil de implementar?
- 2.7. Como ocorre o processo de auditoria?
- 2.8. Existe alguma dificuldade para entender ou acompanhar todas as normas?
- 2.9. Os princípios do comércio justo fazem sentido para a realidade local da cooperativa?
- 3.0 A cooperativa consegue vender toda a produção com preço e volume justos no mercado Fairtrade?
- 3.1 Na sua opinião, o que dificulta mais a permanência da cooperativa no sistema Fairtrade?
- 3.2. Apesar dos desafios, você acredita que vale a pena manter a certificação? Por quê?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA 2

Objetivo da entrevista:

Coletar informações relacionadas ao segundo objetivo específico da pesquisa: Analisar os recursos e capacidades mobilizados pelas cooperativas na obtenção e manutenção da certificação Fairtrade.

1. Organização interna e mobilização de recursos

- 1.1. Que tipo de estrutura ou organização interna a cooperativa precisou montar para atender às exigências da certificação?
- 1.2. Houve contratação de pessoal específico, como técnico, agrônomo, contador?
- 1.3. A cooperativa precisou fazer investimentos financeiros? Em quê?

2. Recursos físicos e estrutura operacional

- 2.1. Quais equipamentos, máquinas ou estruturas físicas foram importantes para atender às exigências do Fairtrade?
- 2.2. A cooperativa já possuía esses recursos ou precisou adquiri-los especificamente para o processo de certificação?
- 2.3. Como é feita a manutenção e o uso desses recursos no dia a dia?

3. Capacidades Dinâmicas

- 3.1. O que vocês tiveram que aprender ou desenvolver internamente para conseguir e manter a certificação?
- 3.2. Os cooperados passaram por capacitações? Sobre quais temas?
- 3.3. Como o conhecimento necessário para cumprir os critérios da certificação é repassado dentro da cooperativa?

4. Sobre o Preço Mínimo Fairtrade

- 4.1. O Preço Mínimo Fairtrade tem sido suficiente para cobrir os custos de produção da cooperativa?
- 4.2. A estabilidade desse preço contribui para o planejamento da produção e da comercialização?
- 4.3. A cooperativa já deixou de vender para o mercado Fairtrade?

5. Sobre o Prêmio Fairtrade

- 5.1. Como o prêmio Fairtrade recebido pela cooperativa tem sido utilizado?
- 5.2. Quem decide como o valor do prêmio será aplicado?
- 5.3. Os investimentos feitos com o prêmio contribuíram para fortalecer a cooperativa? De que forma?

6. Mudanças após a Certificação

- 6.1. Depois de obter a certificação, o que mudou na gestão ou no funcionamento da cooperativa?
- 6.2. Vocês tiveram que criar novos procedimentos, controles ou relatórios?
- 6.3. Surgiram novas exigências ou responsabilidades internas?
- 6.4. A cooperativa consegue cumprir todos os critérios com os recursos que tem hoje?
- 6.5. Há algo que você considera como um diferencial da cooperativa em relação a outras que não têm certificação?

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA 3

Objetivo da entrevista:

Coletar informações relacionadas ao terceiro objetivo específico da pesquisa: Analisar como a certificação Fairtrade influencia o acesso das cooperativas aos mercados internacionais.

1. Contexto do comércio internacional e percepção de mercado

- 1.1. Como vocês descrevem o atual contexto do mercado global? (ex: consumo ético, competição, exigências de compradores)
- 1.2. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela cooperativa no processo de exportação e comercialização para o mercado externo?

2. Influência da certificação Fairtrade no acesso aos mercados

- 2.1. A certificação Fairtrade tem sido eficaz para garantir ou facilitar o acesso aos mercados internacionais?
- 2.3. O Fairtrade permitiu ou facilitou o acesso a novos mercados internacionais? Poderia citar exemplos?
- 2.4. Quais barreiras de entrada no comércio internacional a certificação ajudou a superar?

3. Exigências, barreiras e competitividade

- 3.1. Quais são as principais barreiras que ainda dificultam o acesso aos mercados internacionais, mesmo com a certificação Fairtrade?
- 3.2. Os compradores da América do Sul exigem a certificação Fairtrade?
- 3.3. Existe concorrência entre os produtos Fairtrade similares (como mel ou castanha) para o mesmo mercado-alvo?
- 3.4. O Fairtrade traz mais competitividade para a cooperativa no cenário internacional? Em que aspectos?

4. Certificações complementares e diferenciação de mercado

- 4.1. Além da certificação Fairtrade, a cooperativa possui outras certificações? Por quê? Elas também são sustentáveis?
- 4.2. O selo Fairtrade diferencia os produtos da cooperativa nos mercados internacionais? Como essa diferenciação é percebida pelos compradores?
- 4.3. A certificação ajuda a fidelizar compradores internacionais? Por quê?

5. Estratégias de mercado e precificação

- 5.1. Existe alguma estratégia específica de precificação para os produtos Fairtrade?
- 5.2. Essa estratégia é aplicada de forma diferente entre os mercados internacional e nacional?

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTA 4

Objetivo da entrevista:

Coletar informações relacionadas ao quarto objetivo específico da pesquisa: Examinar as vantagens econômicas, sociais e ambientais associadas à certificação Fairtrade para as cooperativas estudadas.

1. Vantagens Econômicas

- 1.1. Quais os principais benefícios econômicos percebidos com a certificação Fairtrade?
- 1.2. O pagamento do Preço Mínimo Fairtrade contribuiu para garantir estabilidade ou segurança financeira à cooperativa?
- 1.3. A certificação Fairtrade contribuiu para a geração de renda na cooperativa ou na comunidade?
- 1.4. Vocês recebem feedback ou reconhecimento de compradores em função da certificação Fairtrade? Isso influencia nas vendas?

2. Vantagens Sociais

- 2.1. O Fairtrade influenciou a relação entre os cooperados?
- 2.2. A certificação contribuiu para reduzir o êxodo rural ou manter os jovens na comunidade?
- 2.3. Vocês conhecem os princípios do Fairtrade? Eles são aplicados na prática do dia a dia?
- 2.4. Os princípios Fairtrade estão alinhados com a missão, visão e valores da cooperativa?
- 2.5. A certificação promoveu melhorias nas condições de trabalho, inclusão social ou outros aspectos da vida comunitária?

3. Vantagens Ambientais

- 3.1. Houve mudanças nas práticas ambientais ou nos cuidados com o meio ambiente após a certificação?
- 3.2. A certificação Fairtrade exige ou incentiva o cumprimento de critérios ambientais específicos?
- 3.3. Na visão de vocês, o Fairtrade pode ser considerado uma certificação sustentável? Por quê?
- 3.4. Como a cooperativa lida com temas como uso de agrotóxicos, preservação ambiental ou resíduos?

4. Percepção Geral

- 4.1. Quais os benefícios gerais trazidos pela adequação ao Fairtrade?
- 4.2. Que tipo de mudanças mais importantes vocês observam hoje na cooperativa, que podem ser atribuídas à certificação?
- 4.3. Poderiam citar exemplos de práticas sustentáveis adotadas em virtude do Fairtrade?
- 4.4. Na experiência de vocês, a certificação Fairtrade contribui para uma sustentabilidade de longo prazo?
- 4.5. Há algo mais que vocês gostariam de destacar sobre os efeitos da certificação na cooperativa ou na vida de vocês?